



AD



Projeto Apoiado

"LIGA DA FLORESTA: FORTALECIMENTO DA REDE DE GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTEGIDAS DO SUL DO AMAZONAS"

Realização



Parceiros Financiadores



Apoio



PGTA KAMICUÃ

2024



FICHA TÉCNICA

Elaboração:

Agentes Ambientais Indígenas da terra indígena Kamicuã

Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre – AM (OPIAJBAM)

Assessoria para elaboração do PGTA Kamikuã:

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Equipe:

Chris Lopes

Eduardo Passaro Jr.

Ennio Salvador

Marina Villarinho

Rachel R. Lange (consultora)

Participação:

Evangelista Apurinã

Organizadores:

Marina Villarinho e Eduardo Passaro Jr.

Mapas:

Eduardo Pássaro Jr.

Ilustrações:

Agentes Ambientais Indígenas e comunidades da terra indígena Kamicuã

Fotos: Acervo IEB

Projeto gráfico e editoração: Amiru

Revisão: Marina Villarinho e Amiru

PGTA KAMICUÃ



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA OPIAJBAM	8
PUPŶGARY, POVO APURINÃ	12
LINHA DO TEMPO	19
A TERRA INDÍGENA KAMICUÃ	26
AS ALDEIAS	36
NOSSA ORGANIZAÇÃO	48
CONSTRUÇÃO DO PGTA	52
O PGTA KAMICUÃ	74



APRESENTAÇÃO DA OPIAJBAM

Sempre é tempo de conversar sobre nossa vida e nosso território. Foi assim durante a elaboração do nosso PGTA. Conversamos, pensamos e lembramos do trabalho coletivo que fizemos, o etnomapeamento da terra indígena Kamicuã, batizado de *"Nossa Terra Nosso Jeito"*.

A gestão do território é sobre cuidar da terra e combinar nosso futuro. Apresentamos aqui o registro de como foi o trabalho para a construção do nosso Plano de Gestão. Durante todo o desenvolvimento deste trabalho, conversamos entre nós e com nossos parceiros, em especial o IEB, que acompanhou esse processo e contribuiu com a formação dos Agentes Ambientais Indígenas, atores fundamentais neste trabalho.

Isso porque sabemos que nossos Agentes Ambientais Indígenas capacitados e atuantes aprimoram as estratégias para o fortalecimento e a proteção dos nossos territórios. Os AAI's estudam e fazem intercâmbios com outros povos, pensam e compartilham novas ferramentas com a comunidade, ideias de gestão territorial e ambiental, diferentes formas de trabalhar na produção indígena, na proteção de nossa floresta e no monitoramento das políticas públicas.

Acreditamos no reconhecimento dos AAI's como categoria profissional com garantia de contratação e remuneração pelo poder público. Confiamos nisso para desenvolvermos trabalhos contínuos e não apenas pontuais, com financiamentos de projetos. O trabalho dos AAI's é constante: envolver a comunidade, organizar ações coletivas orientadas pelos anciões e realizadas com apoio de novas tecnologias e compartilhar experiências práticas de vida sustentável e saudável. E não estamos sozinhos nessa! São muitos os parentes e as parentas que seguem guiados por um propósito comum, atuando junto ao movimento indígena para incidir sobre o reconhecimento dessa categoria, inclusive debatendo um projeto de lei!

De toda forma, é preciso ressaltar que todas as informações que apresentamos aqui são resultados de trabalhos realizados em conjunto com nossa comunidade. Nossas lideranças, mulheres, velhos, jovens, professores, agentes de saúde, agentes de saneamento e comunitários participaram de consultas, encontros, oficinas e atividades de vigilância para incrementar a gestão de nosso território.

Quais são nossas forças, nossas oportunidades? Quais são os desafios? Como faremos para enfrentar as ameaças? São perguntas que nos guiaram em todo processo e cujas respostas apresentamos neste PGTA.

Sabemos que podemos contar com a nossa Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre-Amazonas - OPIAJBAM. Foi com certos cariú, os não indígenas, que entendemos que essa forma de se organizar por meio de uma associação pode facilitar sermos ouvidos pelo Estado.

A OPIAJBAM foi criada em 2005 e proporciona apoio e luta para muitos parentes Apurinã e Jamamadi. É uma organização indígena com a missão de defender e promover os nossos direitos e interesses. Nossa associação luta pela garantia do usufruto exclusivo das terras indígenas, pela proteção de nossos territórios e meio ambiente, pela autonomia e protagonismo dos indígenas na gestão de seus territórios e na incidência política.

Esse PGTA é parte dessa história e não termina agora com essa publicação. Sempre será atualizado, pois nossa vida é dinâmica e sempre estará mudando. O PGTA é uma ferramenta para conversarmos com o governo e instituições parceiras na busca da nossa qualidade de vida e bem viver. Convidamos vocês a apoiar nossas demandas!

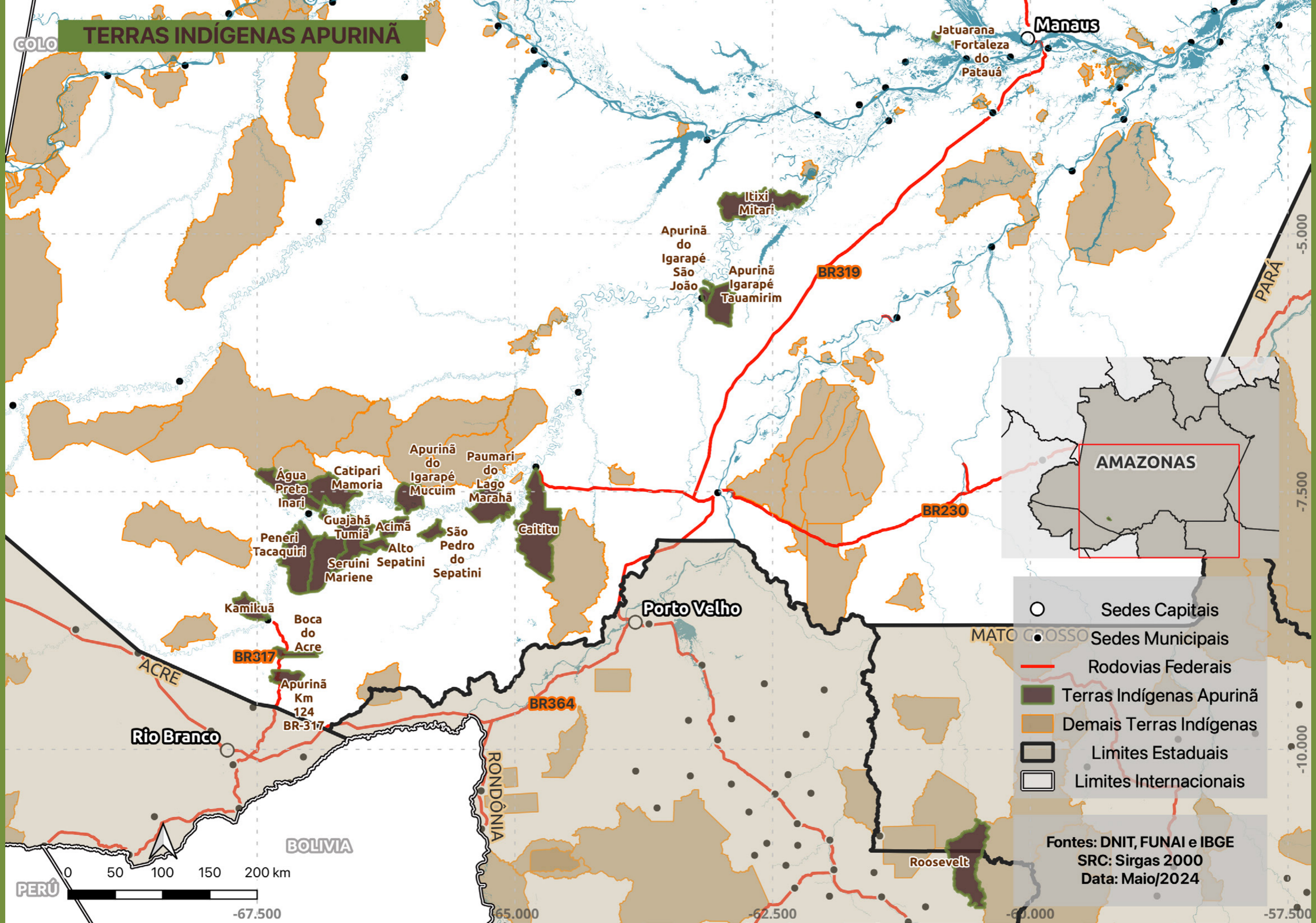


PUPÿGARY*, POVO APURINÃ

Somos chamados de Apurinã. Para os não indígenas a língua Apurinã pertence à família Maipure-Aruak. Nós mesmos, na nossa língua, nos chamamos Pupÿkary. Somos os tradicionais moradores do rio Purus há muitos séculos. Nosso território se estende do médio até o baixo rio Purus, nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Temos vários territórios tradicionais reconhecidos pelo Estado brasileiro como terras indígenas apurinã, mas uma boa parte do nosso território não nos pertence mais. Há também territórios nossos que aguardam a conclusão da regularização fundiária. Nossas terras demarcadas estão localizadas no estado do Amazonas, com exceção da terra indígena Roosevelt localizada no estado de Rondônia e que abrange, também, o estado de Mato Grosso. Somos um povo migrante e hoje estamos presentes em várias cidades de muitos estados. Embora estejamos espalhados nesse vasto território, nós Pupÿkary, preservamos e compartilhamos a mesma cultura, nossa organização social, nossas representações políticas e grande parte do nosso jeito de viver e de cuidar de nosso território.

* Infelizmente há duas grafias da língua Apurinã em disputa. Decidimos utilizar nesta publicação o sistema ortográfico elaborado por Sidney Facundes, porque ele está há muito tempo em contato com muitos coletivos Apurinã para construir essa grafia. No entanto existe outra proposta de ortografia, o que atrapalha os nossos professores indígenas, ao criar confusões que dificultam o aprendizado da escrita da língua materna.

TERRAS INDÍGENAS APURINÃ



- Sedes Capitais
- Sedes Municipais
- Rodovias Federais
- Terras Indígenas Apurinã
- Demais Terras Indígenas
- ▭ Limites Estaduais
- ▭ Limites Internacionais

Fontes: DNIT, FUNAI e IBGE
SRC: Sirgas 2000
Data: Maio/2024

Nossa sociedade é dividida em duas “nações”, que chamamos Xiwapurynyry e Meetymanety. É nossa linhagem paterna que determina o pertencimento a cada uma. Existem proibições para cada nação que regulam muito do nosso jeito de viver. Os Xiwapurynyry não podem comer alguns tipos de inambu (inambu relógio e inambu macucau), e para os Meetymanety é proibido comer porquinho do mato. Se você for Apurinã e não respeitar essas regras poderá sofrer de problemas de saúde ou até morrer. Sendo que, nesses casos, apenas um pajé poderá ajudar.

Nosso casamento também obedece essa divisão. Alguém que nasce em uma metade tem que casar com alguém da outra. No passado, poucos Pupỹkary ousavam desrespeitar essa regra. Nos dias de hoje está mais flexível, mas o casamento correto, o “casamento do direito”, é entre Xiwapurynyry e Meetymanety.

“Não presta misturar o mesmo clã. Agora os jovens já se casam bagunçado, mas é um erro. Pode aparecer lesma no pote de água, a pessoa vira o filho do minhocão”

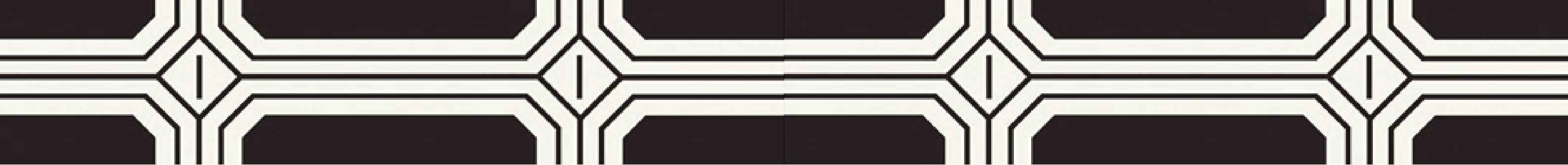
Moises-AAI

Tentamos respeitar nossas regras, manter nosso jeito e nossa cultura. O que é difícil, porque estamos em contato próximo com os cairú há muitos séculos. O contato com os não indígenas não foi bom para nós porque mudou muitos de nossos costumes.

“Somos Apurinã, temos história, temos cultura. Temos ciência”.

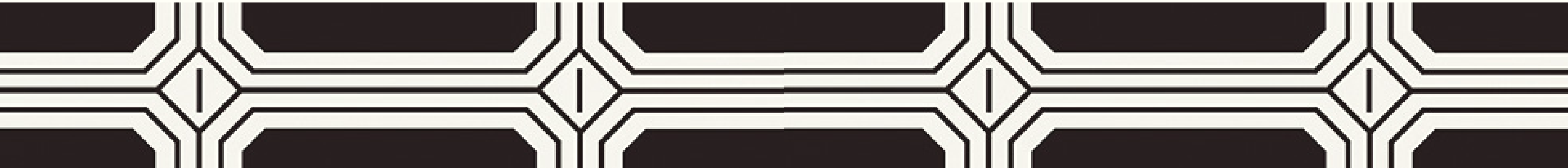
Cacique Umanary

Nossa história é marcada pela violência dos ciclos da borracha na região do Purus. Os historiadores contam que, mesmo antes da segunda metade do século XIX, os Apurinã sempre estiveram perto do grande rio Purus. Os nossos velhos dizem que, mesmo que não morássemos na beira do Wyny, como chamamos o rio Purus, costumávamos instalar as aldeias em áreas de terra firme e sempre estávamos nas proximidades do Purus, para pescar e apanhar tartarugas. Sabemos que o rio Purus começou a ser explorado por comerciantes que buscavam nossas riquezas, como o cacau, a copaíba, castanha e peles de animais, e que, depois do primeiro ciclo da borracha, foi ocupado por não indígenas que chegaram para ficar.



No contexto da abertura dos seringais, muitos de nós nos escondemos mata adentro enquanto outros acabaram optando por trabalhar nos seringais. De toda forma, mais cedo ou mais tarde o contato definitivo aconteceu. Com ele, vivemos a expropriação de grande parte do nosso território e estabelecemos relações, ora conflituosas, ora cordiais, com os seringueiros que viviam nas colocações perto de nossas aldeias. Muitos de nós casaram com seringueiros e se envolveram na extração direta do látex ou no apoio a essa atividade, trabalhando no provimento de comida, de lenha ou na abertura de caminhos na floresta para os seringais. Esse processo de contato impactou o uso da nossa língua materna, que era discriminada como “gíria”, muitas vezes interdita para alguns coletivos Apurinã.

Mesmo nesse cenário adverso, aprendemos com nossos pais e avós o jeito de cuidar da terra, as práticas e técnicas culturais, como as histórias sobre o nosso criador Tsurá, como falar em nossa língua e como dançar o Kyynyry (ou xingané) – nossa festa ritual. Nosso povo caça, pesca, faz SAF e planta roça. Cada família costuma ter o seu roçado. Nele plantamos cará, inhame, batata doce, ariá, macaxeira, abacaxi e awiry (ou rapé). Por isso até hoje nas aldeias construímos casas, cultivamos os quintais, manejamos nossos sistemas agroflorestais e abrimos caminhos na mata que levam para as roças e castanhais. É muito comum para o nosso povo tomar awiry (rapé) e, em alguns casos, mascar katsupary, nossa planta ritual. Nós, Pupỹkary, nos visitamos frequentemente. Por vezes recebemos parentes Apurinã de outras terras ou viajamos a convite de outras aldeias para eventos diversos, incluindo o Kyynyry, assembleias e reuniões.



LINHA DO TEMPO

“Foi o pessoal do CIMI que chegou primeiro e disse que tínhamos direitos. Não foi nada fácil mostrarmos os limites de nosso território. O decreto de homologação só foi assinado em dezembro de 1991. Décadas antes, contaram que tinha um órgão para defender o povo. Contaram que era a FUNAI. Recolheram informação e a FUNAI chegou. Fomos para Brasília conversar com o ministério do interior. Eles iriam mandar gente para fazer o estudo. O GT foi em 79. Aqui em Boca do Acre tinha gente que contestava o estudo. Os limites não estavam certos. Novos limites foram feitos. O pessoal da topografia acompanhava alguns Apurinã. O Posto da FUNAI ficou na aldeia Katispero, com radiofonia, escola, enfermaria. Sofremos violência com não índios. Depois a UNI AC ajudou na criação do movimento organizado. Nossa TI finalmente foi homologada por Decreto 381 – 26/12/1991 com a área de 58.615,29 há”.

Cacique Umanary

DATA	EVENTO
1850	<ul style="list-style-type: none">• Primeiros contatos hostis entre não indígenas e Apurinã no contexto da extração da borracha.
1864	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento oficial dos Apurinã, em viagem pelo rio Purus, por Willian Chandless.
1880 – 1960	<ul style="list-style-type: none">• Contato paulatino de coletivos Apurinã e não indígenas. Relatos de aliciamento de Apurinãs para trabalho nos seringais, relatos de perseguições, chamadas “correrias”.
1973	<ul style="list-style-type: none">• Estatuto do Índio – Lei 6.001, reconhece e assegura direito indígena – e Artigo 198 da Constituição Federal de 1967.
1973 – 76	<ul style="list-style-type: none">• Tempo dos direitos: Chegada do CIMI na região• Umanary e Marechal tornaram-se caciques e foram para Brasília reivindicar a demarcação.
1977	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da Ajudância da FUNAI em Rio Branco–AC• Criação do Posto Indígena na aldeia Katispero.
1977	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Posto Indígena Kamicuã.
1978	<ul style="list-style-type: none">• Primeira tentativa de demarcação administrativa da área indígena Kamicuã com aproximadamente 21.000 hectares.• Graves embates entre os fazendeiros, políticos e população local contra os Apurinã.• Paralisação dos serviços de demarcação. Desacordos com relação aos limites que não incluíram importantes castanhais dos Apurinã. Confrontos severos entre Apurinã e não indígenas.

<p>1979</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relato de assembleia com 120 indígenas, com denúncias de violento relacionamento entre os Apurinã de Kamicuã e não indígenas de Boca do Acre. • Deslocamento de Marechal e Umanary para Brasília, para solicitação de acréscimo da área e inclusão de dois cemitérios que estavam de fora da área destinada para a demarcação. • Novo GT para redefinição da nova área com 49.000 hectares. • FUNAI implementa projeto agrícola e instalação/ Implementação de Posto Indígena na aldeia Kamicuã. 	<p>1984</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Umanary participa da I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental realizada em Rio Branco e reivindicar a demarcação da terra. • Carta da Prefeitura e da Câmara dos vereadores do município de Boca do Acre para a FUNAI questionando os direitos indígenas e solicitando providências para devolução de terras e finalização de conflitos. • Determinação de novo GT. • Verificação da ocupação indevida de 220 posseiros que foram reassentados. • Posto indígena na aldeia Katispero com casa sede, escola e enfermaria em funcionamento.
<p>1981</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Morte de Manoel Ferreira Criado – invasor do território Apurinã. • Indefinição de limites da TI. 	<p>1985</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria da FUNAI para levantamento topográfico com apoio dos Apurinã .
<p>1982</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria da FUNAI declara como posse do povo Apurinã uma área de aproximadamente 35.000 hectares. Proíbe o ingresso, trânsito ou permanência de não índios e determina que seja agilizado o processo de regularização fundiária. 	<p>1988</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal reconhece direitos indígenas nos artigos 231 e 232.
<p>1983</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visita técnica da Funai. Decreto número 88.118/ fevereiro – Prevê novo estudo de limites. 	<p>1990</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação da UNI-Acre. • Assembleia Indígena organizada pelo CIMI na aldeia Castanheira em Pauini (AM), na qual solicitam a demarcação de TIs e a homologação de Kamicuã.
		<p>1991</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto de Homologação da TI Kamicuã. • Educação escolar indígena transferida da FUNAI para o Ministério da Educação.



1999	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e implantação dos DSEIs sob responsabilidade da FUNASA.• Implantação do DSEI Alto rio Purus em Rio Branco (AC).	2014	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão do Diagnóstico Socioambiental e Mapeamento Participativo da terra indígena Kamicuã – Nossa Terra, Nosso Jeito –, com presença de Sônia Guajajara, intercâmbio do Formar PNGATI e festa no Chapéu de Palha.
2000	<ul style="list-style-type: none">• Início da implantação dos SAFs.	2021	<ul style="list-style-type: none">• Audiência Pública.• Formação dos primeiros Agentes Ambientais Indígenas da TI Kamicuã.
2005	<ul style="list-style-type: none">• Fundação da OPIAJBAM, criada para defender e promover nossos direitos e interesses.	2021 – 2024	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração do PGTA Kamicuã.
2005 – 2018	<ul style="list-style-type: none">• Inúmeros embates sobre o licenciamento ambiental da BR 317.• PBA-CI realizado por parceiros da OPIAJBAM e recusado pelo DNIT.		
2010	<ul style="list-style-type: none">• Criação da SESAI. Transferência da saúde indígena da FUNASA para a SESAI.		



A TERRA INDÍGENA KAMICUÃ

A terra indígena Kamicuã está na bacia do rio Purus. O Purus nasce longe daqui e da nascente até a foz são quase 3.700 quilômetros de extensão – e haja curvas! O Purus é muito importante para nosso povo e supre parte das nossas necessidades. E agora ele está ameaçado, sofrendo com a exploração de pesca, com a poluição das cidades e com as transformações relacionadas às mudanças climáticas.

Nós vivemos na TI Kamicuã, que tem uma área de 58.519 hectares e foi homologada em 1991 após anos de luta até a demarcação. Como demonstramos na linha do tempo acima – a partir dos relatos dos mais velhos e documentos oficiais –, garantir o território demarcado foi um processo longo e difícil, com conflitos graves com fazendeiros, colonos e seringueiros que se estabeleceram na região. Foram muitas idas e vindas com relação ao tamanho da área e a inclusão de lugares significativos para nosso povo, como castanhais e cemitérios. Se antigamente nossos antepassados moravam mais para dentro da floresta, como na aldeia São João, à beira do

igarapé Txyputynha, depois que a FUNAI estabeleceu um posto onde hoje é a aldeia Katispero, nós migramos mais para a beira do rio Purus e abrimos a aldeia Kamicuã.

Os desafios do contato com os não indígenas não ficaram no passado, porque a proximidade da cidade de Boca do Acre causa muitos impactos e novos problemas para a nossa população. Ficamos muito próximos à sede do município de Boca do Acre. Vemos e ouvimos a cidade na outra margem do rio Purus.

“Não fomos nós que chegamos perto da cidade, foi a cidade que foi chegando perto da nossa terra”

Umanary

É por isso que quando falamos da nossa terra, sempre precisamos falar da proximidade com a cidade. Na cidade buscamos acesso a bens de consumo, interação com o poder público, acesso a escolas, hospitais, festas, igrejas e eventuais vendas de nossos produtos. Infelizmente o acesso facilitado de álcool e de drogas está trazendo problemas para nossa comunidade. Além disso, os moradores de Boca do Acre e das redondezas, também são, muitas vezes, responsáveis por intimidações e invasões, o que é um problema recorrente. Entram para caçar, pescar e retirar madeira. Nossos limites são

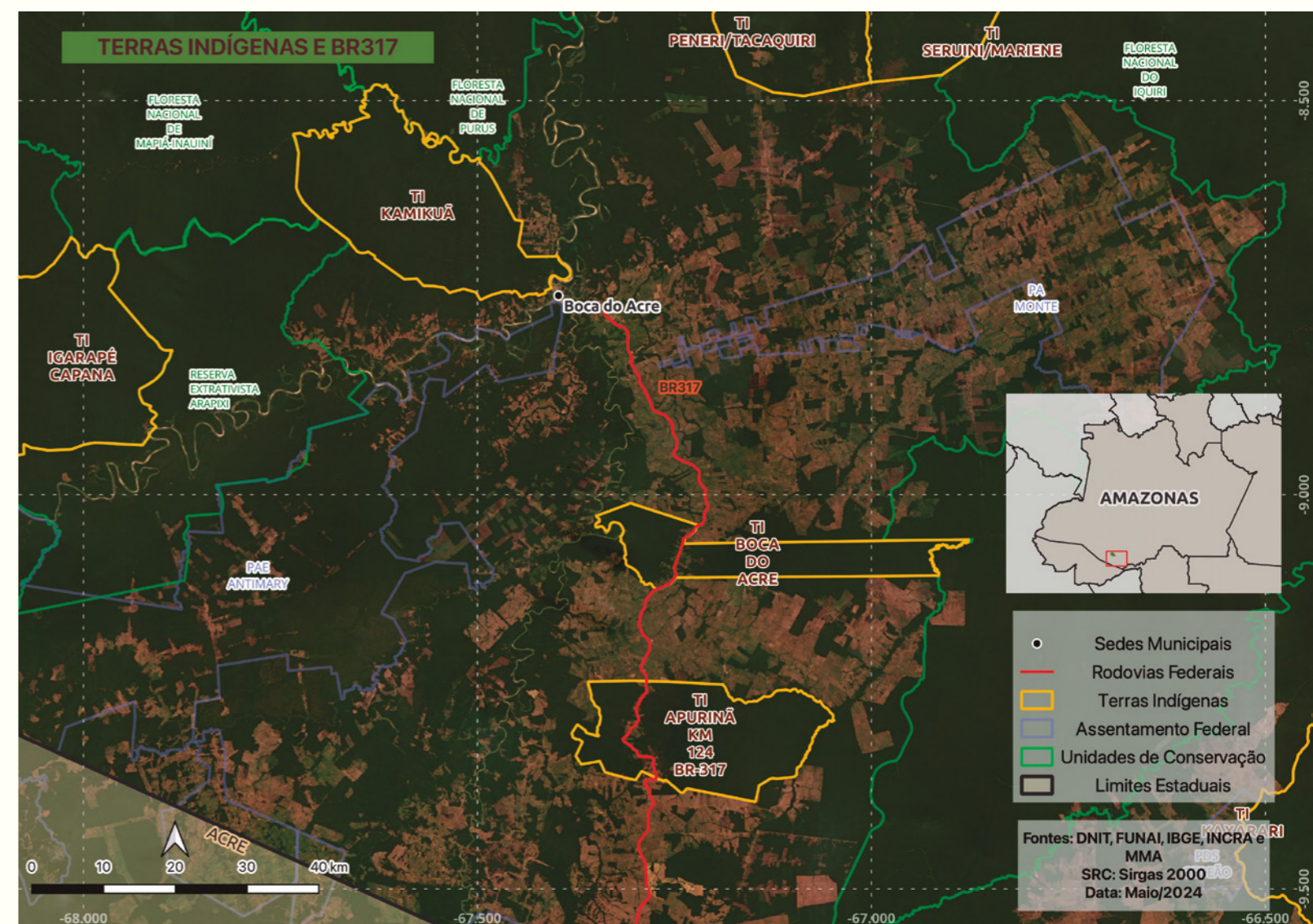


transgredidos frequentemente. Ao sul, o rio Purus, a leste o rio Inauni, ao norte, o Igarapé São Francisco e a oeste, fazemos limites com propriedades de fazendeiros. Invadem, sem vergonha nenhuma, os nossos lagos, castanhais, barreiros, açazais etc. E o pior: hoje em dia, adentram em nossas comunidades, aliciando jovens para o consumo e tráfico de substâncias ilegais. Essa história começou faz tempo e piorou bastante durante o governo Bolsonaro.

Se somos vizinhos da cidade de Boca do Acre, fundada em em 1980, a única via terrestre que dá acesso ao município e à rodovia federal BR 317. Essa estrada liga a cidade de Boca do Acre a Rio Branco, capital do Acre e traz problemas e conflitos para o povo Apurinã há muitas décadas.

De acordo com os nossos anciões, foi com a ajuda dos Apurinã que os cariú conseguiram abrir um grande varadouro que viria a se tornar essa estrada. E foi a partir dos anos 1970, como reflexo do estabelecimento da BR 317, que os territórios à margem da rodovia foram grilados, grandes extensões de floresta foram derrubadas e colonos paulistas, paranaenses e gaúchos (principalmente) passaram a empreender e controlar (não sem violência e intimidação) a ocupação territorial regional. Num movimento transformador, as fazendas expandiram-se abruptamente, as nascentes próximas à estrada foram quase completamente assoreadas e os modos de vida locais, reconfigurados.

Como consequência, duas das Terras Indígenas habitadas por nossos parentes Apurinã se encontram interceptadas pela rodovia federal: as TIs “Apurinã do Km 124 BR 317” – o nome da TI faz referência ao trecho da estrada que “corta” o território indígena – e “Boca do Acre” – conhecida também por “Km 45” pelos mesmos motivos. No mapa abaixo vocês podem ver como essas terras são ilhas de floresta em meio a um mar de devastação. E justo nos trechos situados dentro das terras homologadas a BR 317 não foi pavimentada.



Um dos efeitos desastrosos da não conclusão da pavimentação é que a maioria dos habitantes de Boca do Acre nos responsabiliza pelas complicações no tráfego na rodovia. Em razão desse descaso do Estado, além dos impactos sociais e ambientais trazidos pela estrada, sofremos muito preconceito da população não indígena regional.

A OPIAJBAM luta há mais de vinte anos junto aos órgãos responsáveis pelo cumprimento da compensação ambiental e social referente aos passivos da instalação e parcial pavimentação da rodovia federal. Impasse que, todavia, segue sem resolução.

De volta à terra Indígena Kamicuã, não somos apenas vizinhos da cidade. Nas proximidades da TI estão algumas Unidades de Conservação como a FLONA do Purus na porção nordeste, a FLONA Mapiá – Inauni ao noroeste e a RESEX Arapixi ao oeste.

O Igarapé Preto e o Igarapé Mari, cortam a terra indígena. Temos muitos lagos com abundância de peixes (Mandim, Surubim, Pirarucu, Matrinchã e muitos outros). Temos áreas de solo fértil e bastantes espécies florestais.

Temos Açaí, Pequi, Castanha, Pupunha, Cupuaçu, Buriti, Cedro, Pau D´arco, Acariquara etc. Ainda temos boa oferta de caça, nos locais conhecidos como barreiros.

Os pontos vulneráveis da nossa terra são os limites com as unidades de conservação Flona do Purus e Flona Mapiá-Inauni, as áreas nas margens do rio Inauni, onde estão os lagos mais fartos do nosso território, e do Igarapé São Francisco – onde construímos uma base para monitoramento feita por nós mesmos. Durante nossas expedições de vigilância é frequente toparmos com gente de fora em diferentes pontos do trajeto.

Os pontos onde os igarapés Preto e Mari cruzam o limite da TI em direção às fazendas e a Resex Arapixi, também são alvos de invasores. Assim como as áreas do entorno da aldeia Katispero, nas proximidades do povoado de Monte Verde. Sofremos pressão de pastos, pois estes já estão instalados nas proximidades da Aldeia Katispero e da Aldeia Centrinho.

A TI Kamicuã atualmente é formada por quatro aldeias, com cerca de 120 famílias.

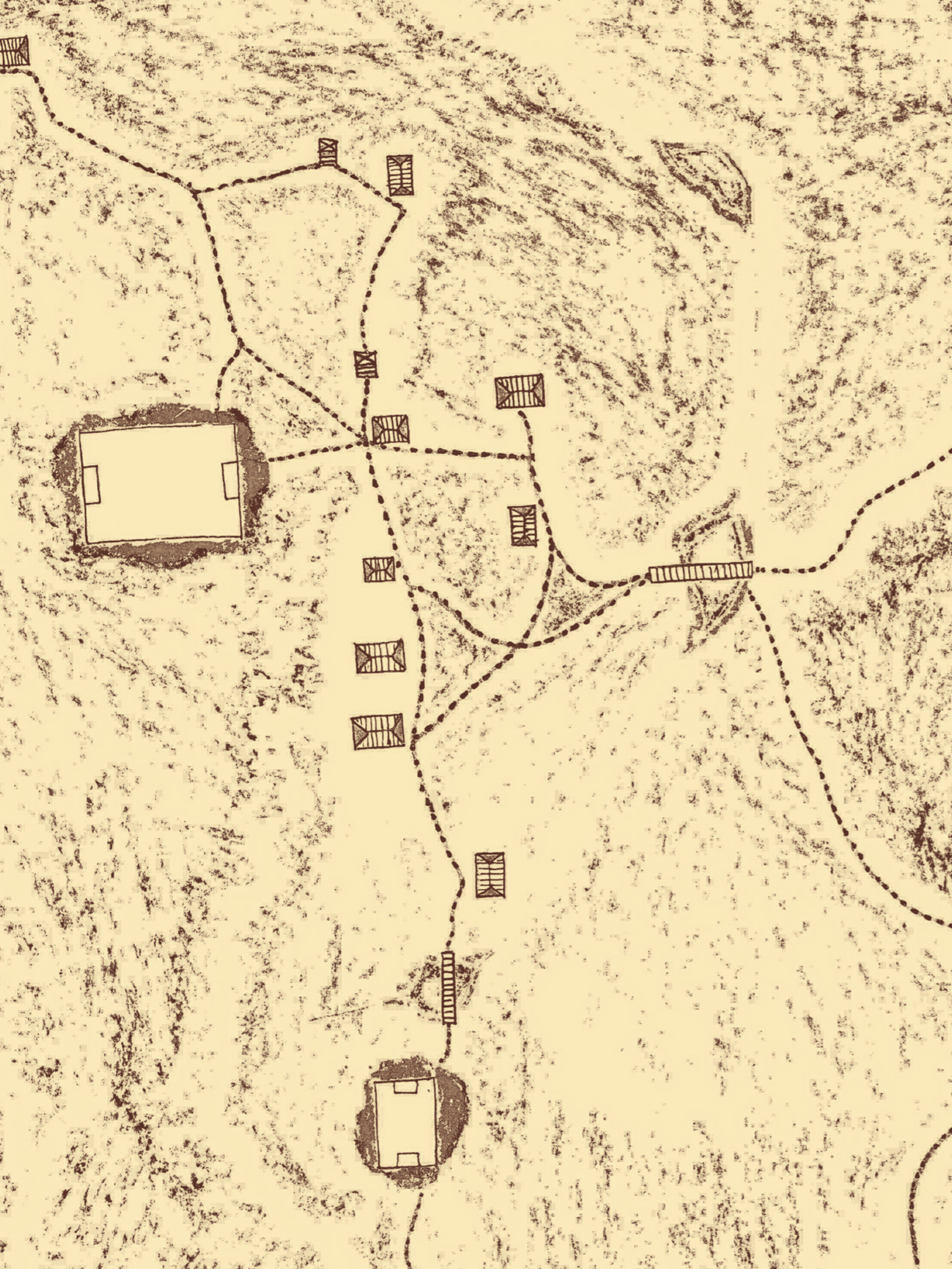


MAPA DA TERRA INDÍGENA KAMICUÃ



LEGENDA

												
CASA COLOCAÇÃO	ALDEIA	COLOCAÇÃO	BASES-F	CEMITERIO	CASTANHAIS	AÇAIZAL	BARREIRO	IGARAPÉ	RIO	LAGO	SAF ₃	CAMPO DA MATUREZA



AS ALDEIAS

Atualmente temos 04 aldeias dentro do nosso território. São elas: Kamicuã, Centrinho, Katispero e Ywinawa.

Até poucos anos atrás também contávamos com a aldeia Praia Nova da família do Augustinho Apurinã, importante liderança. Atualmente esse lugar ainda é usado para coleta de castanha, mas está sem moradores fixos e crianças. Cenário que pode mudar. Tudo depende das oportunidades. A localidade da antiga aldeia Praia Nova fica às margens do rio Purus, com bastante área de várzea. Fica entre as aldeias Kamicuã e Katispero. A família do Augustinho ainda mantém seus piques de castanha abertos naquela área, chamados de Verdejante, Nova, Olinda e Prego.



KAMICUÃ

A aldeia Kamicuã é a maior aldeia da nossa terra indígena e está na frente da cidade de Boca do Acre, na beira do Purus. Dividimos a aldeia Kamicuã em duas grandes áreas. Uma na beira do rio Purus, área de várzea, conhecida por 'Baixada' e outra situada na terra firme que fica acima do barranco, numa área extensa, com alguns núcleos distantes uns dos outros e diferentes acessos a infraestrutura de água e energia elétrica.





KATISPERO

A aldeia Katispero foi a primeira aldeia da TI, onde a FUNAI instalou o Posto Indígena. Nos dias de hoje está pequena, com 06 casas, mas continua importante para nosso povo por ser a aldeia mais antiga desde a demarcação. Lá tem um lago com muito peixe, bastante matrinhã, surubim, pacu, piau, sardinha e mandi. A caça está ameaçada devido à proximidade de fazendas. São recorrentes as invasões nesta área da TI. É nessa aldeia que mora o AAI João Apurinã, que também é cacique e dedica toda a sua vida à educação diferenciada e de qualidade.

Cacique: Matxuy – João Teixeira da Silva

Quantidade famílias: 06 famílias

Escola Municipal Indígena: 01 | **Professor Indígena:** 01 |
Coordenador da Educação Escolar Indígena | Merendeira e serviços gerais: 01

Não possui Posto de Saúde | AIS: 01 | **Não possui Saneamento | AISAN:** 01 | **Conselheiro Local de Saúde:** 02 | **AAI's:** 01





CENTRINHO

A aldeia Centrinho fica no sul da TI e é conectada a Kamicuã por um caminho terrestre. Atualmente existem 14 casas. Essa aldeia dá acesso a muitos piques de castanha. Seu atual cacique é o Roberto Apurinã que atua como AAI e também já contribuiu bastante com a aldeia como Agente Indígena de Saúde. Como a aldeia fica perto da cidade, existem dois caminhos, que dão acesso para o bairro São Paulo, que são frequentados por jovens indígenas que estudam na Escola Estadual Lucas Pena. Estes caminhos são considerados perigosos e de fácil acesso para invasores desavisados ou que desejam acessar o igarapé próximo a residência da professora indígena Laciane – ou seja, dentro da TI.

Cacique: Merũkyry – Roberto Pequeno de Oliveira Apurinã

Quantidade famílias: 15 famílias

Escola Municipal Indígena: 01 | **Professor Indígena:** 01 | **Agentes de Serviços Gerais:** 01 | **Merendeiras e serviços gerais:** 01

Não possui posto de saúde | **AIS:** 01 | **Não possui saneamento** | **Não possui AISAN** | **Conselheiro Local de Saúde:** 02

AAI's: 02



YWYNAWA

A aldeia Ywinawa é uma dissidência da Aldeia Centrinho e fica a aproximadamente uma hora de caminhada para quem sai desta aldeia. Seus habitantes produzem óleo de copaíba e quebram castanha, mas o escoamento é um desafio, pois tudo deve ser carregado por terra até a beira do rio, que fica distante. Lá tem 06 casas e a cacique é Xãthapa Marinês Francisca dos Santos, que realizou um xingané nessa localidade.

Cacica: Marines Apurinã

Quantidade famílias: 10 famílias

Escola Municipal Indígena: 01 | **Não possui Professor Indígena** | **Não possui Agentes de Serviços Gerais e Merendeiras**

Não possui Posto de Saúde e AIS | **Não possui saneamento e AISAN**

“Conhecemos nosso território, sabemos onde pescar, encontramos barreiros para caçar e sabemos onde plantar. Conhecemos a melhor época dos frutos e da castanha. Precisamos impedir a entrada de invasores na nossa terra”.

Manuel Apurinã





NOSSA ORGANIZAÇÃO

A Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre – OPIAJBAM é a nossa entidade representativa. O Movimento Indígena na região do rio Purus possui uma história antiga de organização social desde a elaboração da Constituinte de 1988, período em que nossos caciques antigos iniciaram a luta pela demarcação e garantia de nossos territórios. Desde lá começamos a nos reunir para cobrar do poder público o direito constitucional conquistado.



O surgimento da OPIAJBAM se deu num contexto de grave aumento da pressão sobre as terras indígenas com grande avanço do desmatamento na região sul do estado do Amazonas, impulsionado pela construção de grandes obras de infraestrutura, sobretudo a pavimentação da BR-317. Lutamos pela garantia da compensação no âmbito do licenciamento ambiental e a conclusão da pavimentação da BR 317 com medidas de mitigação de impactos ambientais e sociais para o nosso povo.

A área de atuação da OPIAJBAM é o município de Boca do Acre no estado do Amazonas, sendo responsável política por 05 terras indígenas demarcadas, 07 em processo de reivindicação para demarcação, terras onde estão localizadas nossas aldeias.

A terra indígena Kamicuã é, portanto, uma das terras indígenas base da OPIAJBAM e, internamente, nos organizamos por aldeia: cada aldeia possui seu cacique ou cacica. Mas estes, sempre que possível, recorrem a assembleias e reuniões para deliberações a respeito de questões sobre nossas comunidades.

Acontece que a aldeia Kamicuã cresceu muito, e possui núcleos familiares que ficam distantes um dos outros espacialmente. É por isso que iniciamos um processo de reflexão sobre novas ferramentas que possam incrementar a nossa organização interna, com o estabelecimento de espaços coletivos de tomada de decisão que serão apresentados neste PGTA.



CONSTRUÇÃO DO PGTA

Nosso trabalho começou com a vontade de melhorar nossa organização para viver melhor em nossa terra garantida e protegida. De cuidar de nossos velhos, oferecer uma educação melhor para as crianças. De ter uma cultura forte e valorizada entre nós. De colher e comer com mais qualidade e mantendo a fartura. De produzir cada vez mais em nossos SAFs e de garantir que nossa mata se mantenha segura e preservada com animais, plantas e peixes.

Sendo assim, este Plano de Gestão Territorial e Ambiental da terra indígena Kamicuã é resultado de uma parceria entre a OPIAJBAM e o IEB no âmbito do Projeto Liga da Floresta – Fortalecimento da Rede de Gestão Integrada de Áreas Protegidas do Sul do Amazonas. O objetivo geral desta iniciativa é fortalecer a gestão territorial e ambiental de terras indígenas no Sul do Estado do Amazonas.

Depois de algumas reuniões com parceiros e lideranças, conversamos sobre possíveis metodologias e a importância da participação de todos. Foi preciso lembrar de nossas riquezas e também conhecer mais a fundo as ameaças para poder aprofundar nossas reflexões coletivas. Nesse sentido, a construção do PGTA contou com etapas de escuta à comunidade a partir de um extenso diagnóstico feito pelos AAI's e a

equipe do IEB, no qual pudemos levantar informações muitas vezes de casa em casa ou em pequenos grupos residenciais. E aprendemos que a escuta é feita de muita conversa, de partilhas de preocupações e sonhos. Na sequência sistematizamos os nossos problemas internos e a falta de apoio do Estado em diferentes frentes, e o mais importante: ideias de soluções apresentadas pelos comunitários.

Ao final de 2023 realizamos uma grande oficina para validação de todos os resultados e pactuação de acordos. Ao longo do processo contamos com a formação continuada de Agentes Ambientais Indígenas dentro e fora do território, que foram capacitados com diferentes ferramentas e tecnologias. A FUNAI participou de perto da construção deste PGTA. Técnicos da CR de Rio Branco e da nossa CTL estiveram presentes em cada etapa. Inclusive com apoio para a realização de nossas expedições e atividades de vigilância.

Importante lembrar que os AAI's retomaram o trabalho feito pelos Pesquisadores Indígenas no Diagnóstico Socioambiental e Mapeamento Participativo da terra indígena Kamicuã – o “Nossa Terra, Nosso jeito”. Puderam rever as informações sobre nosso povo, nossos recursos naturais e a relação com o entorno.

AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS DE KAMICUÃ



Mapywate – José Carlos dos Santos Apurinã



Utsupary – Hyllen Gonçalves da Silva Apurinã



Menynyry – Moisés Carlos dos Santos Apurinã



Manhiekery – Edilson Carlos dos Santos Apurinã



Xamury – Xailan Carlos Santos de Souza Apurinã



Mapywate – Josemildo Gonçalves dos Santos Apurinã



Xãnupa – Raimunda Nonata Rodrigues da Silva
(Nova)



Merũkyry – Roberto Pequeno de Oliveira Apurinã



Wamaky – Henrique Gonçalves da Silva Apurinã



Matawnky – Renan de Souza Gonçalves



Matxuy – João Teixeira da Silva

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO PGTA



1- Reunião de apresentação do PGTA (junto com Audiência Pública)

Data: 26 e 27 de novembro 2021

Local: Aldeia Kamicuã

Participantes: IEB, OPIAJBAM e AAI's

Foi nessa entrada que nossas lideranças indicaram quem seriam os Agentes Ambientais Indígenas. Cada AAI recebeu um aparelho Smartphone para assistir aulas online, participar de reuniões, registrar as etapas em foto, vídeo ou áudio e coletar dados nas aldeias.

2 - Formação AAI's - Módulo 1 (virtual)

Data: 31/05 a 03/06/2022 e 28/06 a 01/07/2022

Local: Plataforma FORMAR

Participantes: IEB, OI's APITEM, APITIPRE, OPIAJ e OPIAJBAM e 40 AAI's

Essa formação conduzida pelo IEB contou com 10 AAI's das TIs Kamicuã, Igarapé Preto, Marmelos e Peneri/Tacaquiri. O primeiro módulo foi realizado em formato EaD na Plataforma Formar do IEB. Nos reunimos na aldeia Kamicuã para participar dos momentos síncronos.



3 – Elaboração da Metodologia do PGTA, planejamento das Vigilâncias e Oficina GAIA e ODK

Data: 20 e 27 de julho de 2022.

Local: Aldeia Kamicuã

Participantes: IEB, FUNAI, AAI's e comunitários de todas as aldeias

Retomamos conteúdos trabalhados no primeiro módulo da formação e os resultados e atividades desenvolvidas no Diagnóstico Socioambiental e Mapeamento Participativo – Nossa Terra, Nosso Jeito. Tivemos aulas práticas dos aplicativos GAIA GPS e ODK, ferramentas que utilizamos nos registros de nossas vigilâncias e pesquisas de campo. Fizemos uma grande mobilização e a primeira reunião para alinhar a metodologia do trabalho e planejar uma vigilância.

4 – PGTA – Vigilância Territorial – Para a Base de vigilância do São Francisco.

Data: Agosto/22

Local: Da aldeia Kamicuã pelo rio Inauini até a Base (limite da TI)

Participantes: AAI's, lideranças, CTL e membros da comunidade

Nesse período realizamos uma expedição de monitoramento via fluvial, saindo da aldeia Kamicuã. Descemos o rio Purus até entrarmos no rio Inauini e percorremos toda sua extensão que faz limite com o nosso território (divisa com a Flona do Purus). Essa é uma região de grande importância para nós, pois é a porção do nosso território onde estão os lagos mais fartos. Nesse percurso monitoramos nossos lagos e identificamos a presença de vestígios de atividades de invasores, principalmente retirada de madeira e pesca ilegal. No limite norte de nossa TI entramos no rio São Francisco e percorremos sua extensão, limite oeste da TI, realizando manutenção nas placas de identificação da TI e também de nossa base de vigilância. O percurso da expedição foi definido em reunião com a comunidade.

5 – Formação AAI's – Módulo 2 (presencial)

Data: 28/11 a 02/12/2022

Local: Kanindé, Porto Velho – RO

Participantes: IEB e AAI's

O segundo módulo aconteceu presencialmente no Centro de Formação da Kanindé, em Porto Velho. Junto com nossos colegas aprofundamos conhecimentos sobre proteção e gestão territorial, a partir de experiências práticas do CIR/RR, da Jupaú/RO, da FOIRN/AM e do monitoramento dos povos isolados.

6 – PGTA – Levantamento para a gestão territorial: nas Aldeias e Casas do Kamicuã

Data: 9 a 13 de maio de 2023

Local: TI Kamicuã

Participantes: IEB, FUNAI, AAI's, lideranças e Comunidade das aldeias da TI

Neste campo nos dividimos em grupos para abarcar todas as aldeias e a maioria das famílias do território para conversar sobre todos os temas que elencamos como próprios à gestão territorial.



7 – PGTA – Vigilância Territorial – Inauini/Mari

Data: 9 e 10 de junho de 2023

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

Nesse período realizamos um novo percurso definido com a comunidade: novamente saímos a partir da aldeia Kamicuã pelo rio Purus e entramos no rio Inauini para monitorar os nossos lagos e fomos até a nossa base de vigilância. Porém no retorno, chegando na altura do rio Mari, realizamos uma incursão por dentro da TI, percorrendo o rio Mari até chegarmos ao limite que faz divisa com a RESEX Arapixi – que nesse caso é uma divisa de 'linha seca'. Este é um local de importância para nossos monitoramentos, pois a região é utilizada por comunitários da RESEX. Ao longo do percurso realizamos novamente o registro de vestígios de atividades ilícitas para repassarmos as informações para a OPIAJBAM.

8 – PGTA – Vigilância Territorial – Inauini

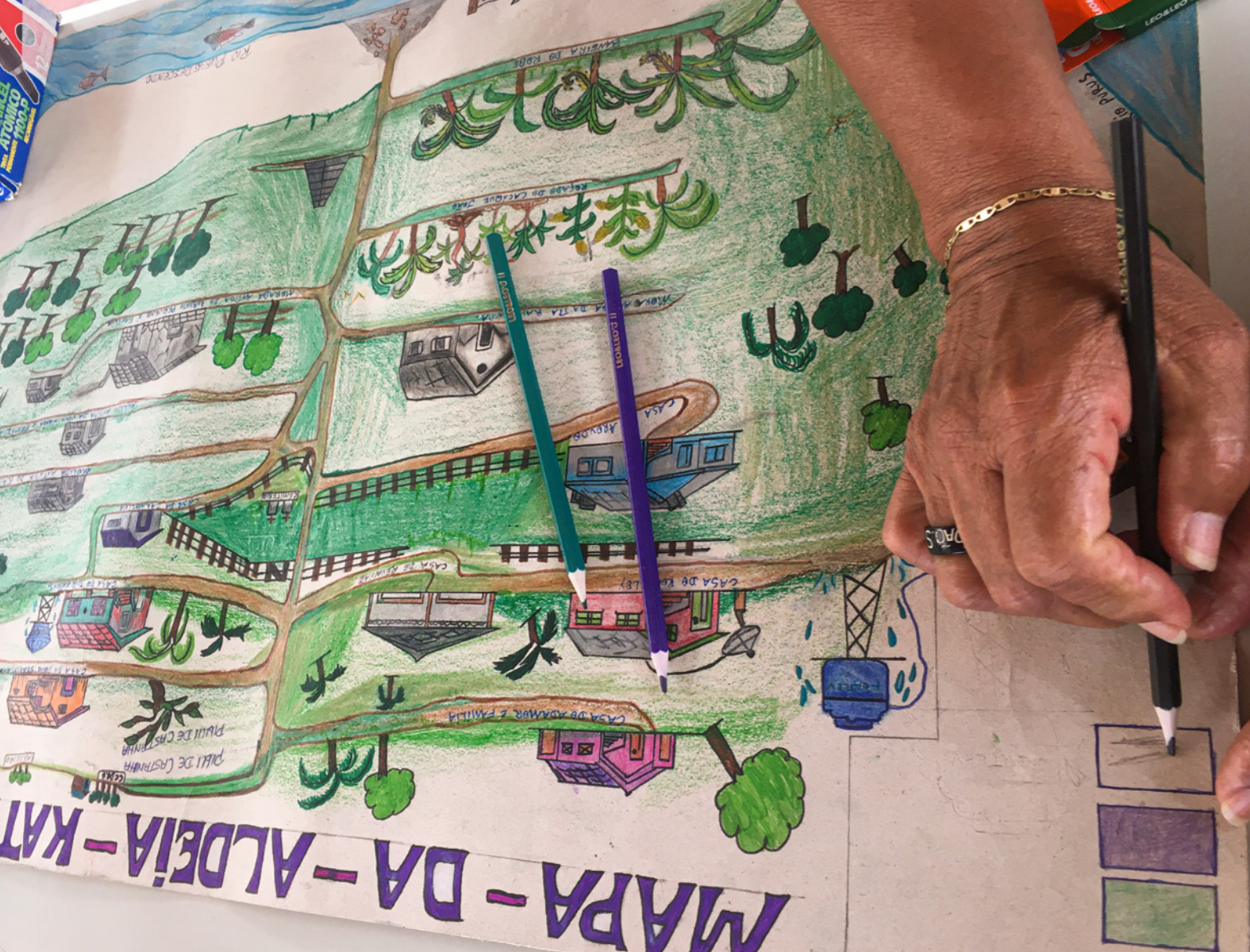
Data: 26 a 30 de junho de 2023

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

A partir da expedição anterior identificamos a necessidade de realizar uma nova expedição para monitorar os nossos lagos no rio Inauini, pois além de identificarmos a presença de vestígios nesse trecho, sabemos que essa é a época de maior pressão de pesca ilegal na região, que coincide com a época de desova dos peixes, quando estão mais vulneráveis e em maior quantidade. A expedição foi realizada como as outras, com registros fotográficos e coordenadas geográficas do que identificamos importante ao longo do trecho.





10 – PGTA – Oficina dos Temas do PGTA, pesquisa do Xingané e elaboração do Calendário Produtivo

Data: 31/08 a 03/09

Local: TI Kamicuã

Participantes: IEB, FUNAI, AAI's e Comunidades das aldeias da TI

A partir da sistematização das escutas e levantamentos para a gestão territorial foi possível elencar os temas do PGTA e identificar gargalos e potencialidades da TI Kamicuã. Nessa oportunidade desenhemos os castanhais, aprofundamos questões culturais tendo como ponto de partida o nosso ritual xingané, mapeamos pontos de fragilidade no território e elaboramos participativamente um calendário produtivo. Conversamos ainda com os mais velhos para a construção da "Linha do Tempo", que conta a história da nossa terra.

9 – PGTA – Mapeamento Mental das Aldeias e Desenhos

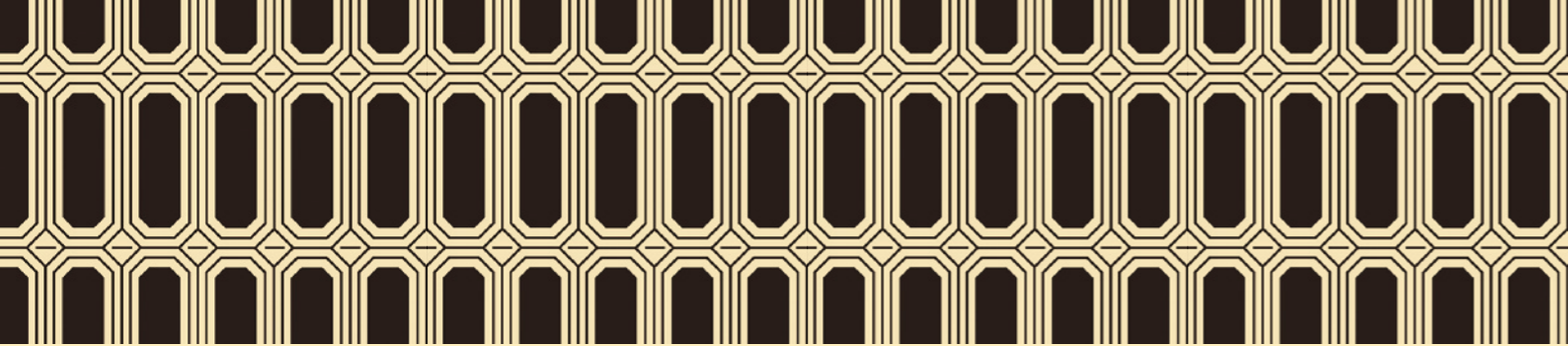
Data: Agosto de 2023

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

Os AAI's com apoio da comunidade fizeram o mapa mental das aldeias da TI Kamicuã e os caminhos para os SAFs e os roçados.





11 – PGTA – Vigilância linha seca da Katispero

Data: 12 a 16 de setembro de 2023.

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

Realizamos esta vigilância para verificar a situação do território na linha seca, uma vez que não voltamos a esta região desde a demarcação da terra. Começamos pela foz do rio Inauini e fomos de barco até a foz do igarapé Preto. A partir daí seguimos por terra e encontramos muita dificuldade, pois o local está com mata muito alta e quase não encontramos água. Havia travessões de fazendas e de esperas de caça dentro da terra. Finalizamos na aldeia Lurdes, do povo Jamamadi, onde fomos bem recebidos e conversamos sobre a importância dos territórios demarcados.

12 – PGTA – Vigilância Campo de Natureza

Data: 24 a 29 de outubro de 2023.

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, lideranças e membros da comunidade

Os campos de natureza são locais sagrados para a nossa cultura e regados de simbolismo e de respeito. Antes da vigilância nos preparamos espiritualmente para entrar. Conversamos sobre o respeito às plantas e aos donos do campo, pedimos a proteção do awitenty Manoel Jaime e seguimos viagem a pé. Desejávamos fazer essa vigilância há algum tempo e constatamos a beleza e força espiritual que os mais velhos contam.



13 – PGTA – Levantamento de atividades produtivas: mapeamento do SAF e artesanato apurinã

Data: 15/9; 25 a 26/10; 1/11

Local: Aldeia Kamicuã

Participantes: IEB, AAI's e comunitários

Aproveitamos as entradas das vigilâncias para levantar informações os SAFs. Identificamos os donos, localizamos as coordenadas, qualificamos o seu tamanho e conversamos sobre a sua história. Ao mesmo tempo, conversamos com homens e mulheres artesãs sobre a produção de artesanato, os tipos que fabricam, as matérias-primas que usam e onde as obtém, se vendem, sobre as perspectivas para essa atividade na questão cultural e de geração de renda.



14 – PGTA – Oficina de Temas e acordos

Data: 8 e 9 de dezembro de 2023

Local: Aldeia Kamicuã , TI Kamicuã

Participantes: IEB, AAI's, FUNAI e Comunidades das aldeias da TI

Discutimos em grupo os quatro temas que orientam o nosso PGTA: 'Cultura Pupÿkary', 'Produção, alimentação e economias sustentáveis', 'Segurança e gestão Territorial' e 'Direitos Básicos'.

A partir de perguntas orientadoras, elaboramos um quadro da situação de cada tema, como está hoje, como queremos que seja e o que podemos fazer para alcançar o que queremos.



15 – Vigilância Territorial – Para a Base de vigilância do São Francisco.

Data: 08 a 11 de março de 2024.

Local: TI Kamicuã

Participantes: AAI's, comunitários das aldeias e OPIAJBAM

Organizamos esta vigilância para monitorar os castanhais que ficam próximos da base de vigilância no limite da terra. Nesse período o rio está cheio e facilita a entrada de terceiros interessados na castanha. Entretanto, nosso motor deu problema durante a viagem e não pudemos concluir a vigilância.

16 – PGTA – Oficina de Validação do PGTA

Data: 26 a 28 de março de 2024

Local: Aldeia Kamicuã , TI Kamicuã

Participantes: IEB, AAI's e Comunidades das aldeias da TI

Nesta oportunidade nos reunimos para corrigir a versão do texto apresentada pela equipe do IEB. Validamos mapas produzidos e incluímos informações. As mulheres cuidaram dos temas da cultura e se organizaram para realizar uma oficina de miçanga na sequência como uma atividade de implementação do nosso PGTA.





O PGTA KAMICUÃ

O nosso PGTA serve para apresentar as nossas prioridades para as instituições públicas e para os parceiros que trabalham com a gente, para organizar da melhor forma possível o trabalho a ser realizado. Está composto por programas temáticos formados a partir das principais demandas das comunidades da TI Kamicuã. Os grandes temas estão organizados em quatro capítulos; são eles: 'Cultura Pupỹkary', 'Produção, alimentação e economias sustentáveis', 'Segurança e gestão Territorial' e 'Direitos Básicos'.

Foi um processo repleto de descobertas, aprendizados, enfrentamentos, valorização dos saberes tradicionais, aproximação de novas tecnologias e, principalmente, orgulho de nosso povo e território. Ao final, nos dividimos em torno desses quatro grandes temas para pensarmos juntos como está nossa situação nos dias atuais, como gostaríamos que estivesse e o que seria necessário fazer para chegar ao que queremos.

É por isso que, nos capítulos a seguir, nós optamos por apresentar um pouco da nossa cultura, costumes e práticas, destacar os nossos acordos internos e pontuar a necessidade de apoio e parcerias para alcançar nossos projetos para um futuro melhor para o nosso povo.



CULTURA PUPŶKARY

A nossa cultura é viva! É cheia de histórias que nos unem enquanto povo e nos ajudam a entender como o mundo funciona. O mundo começou com Tsurá que criou todas as pessoas, incluindo os Apurinã, os cariú e outros povos indígenas. Suas histórias nos orientam a como viver no mundo. Orientam como devemos nos comportar, nos proteger; em qual período plantar e o quê plantar primeiro. Elas explicam porque morremos e porque somos guerreiros.

Quando falamos da nossa cultura, queremos valorizá-la. Queremos mostrar para os mais jovens o saber dos mais velhos porque os saberes precisam ser repassados de pai para filho.

“Se os mais novos não prestarem atenção, não vão entender porque vivemos assim”

Professor Vanderlei Apurinã

Como marcas da nossa cultura, nos pintamos com jenipapo e urucum, fazemos festas para lembrar os nossos mortos ou comemorar um evento, cortamos sanguiré, tomamos awiry, mascamos katsupary para conversar, aconselhamos os nossos filhos de madrugada, conservamos as regras de casamento entre os clãs diferentes, contamos as histórias dos nossos antigos, fazemos os nossos artesanatos, cantamos, dançamos e andamos no nosso território reconhecendo, protegendo e respeitando os lugares sagrados.

ARTESANATO

O nosso artesanato é muito diversificado e envolve uma variedade de cestarias, cerâmicas, adornos corporais, utensílios de madeira, apetrechos de pesca, maracás e cocares. Objetos confeccionados com recursos que encontramos na natureza, sementes, madeiras, cipós, fibras de palmeiras, barro, dentes e ossos de animais, penas e outros.

Fabricamos outros objetos vinculados à nossa ancestralidade e não costumamos vender por serem de uso pessoal, como o katukano (mexicano), pequeno osso de ave utilizado para aspirar o awiry ou o nosso rapé, o mekaru, recipiente feito da casca do caracol para guardar o awiry, e as saias de envira ou palha de buriti usadas no Kyynyry (xingané). Estes objetos são, comumente, presenteados, mas não há restrição em vendê-los.

Nossos artesanatos remontam aos tempos antigos e aparecem em nossas histórias. Há quem conte que o colar, o mekaru e o katukano, são, por exemplo, os jaburus que aparecem no céu durante a andança de Utsamanery, por serem, na verdade, seus objetos pessoais. O arco, a flecha, a pulseira e a tanga de algodão, que hoje não confeccionamos, são artefatos trazidos por Tsurá quando ele saiu da barriga da cobra no seu mito de origem. O tapiti (ou tipiti), artesanato feito de tala de arumã para espremer a mandioca, é lembrado como o objeto que Tsurá usou para criar a cobra coral, animal de grande significado na cultura Apurinã.

Não estabelecemos uma classificação de artesanatos feitos exclusivamente por homens e outra exclusivamente por mulheres, embora as mulheres se dediquem mais às cestarias, cerâmicas e aos colares e brincos de penas, enquanto os homens, aos colares e anéis de caroço de tucumã, colares de sementes e objetos de madeira. Mas, independente do gênero, é possível que o artesão ou a artesã confeccione todos esses objetos!

Confeccionamos paneiros, peneiras, vassouras, cerâmicas, pulseiras de miçangas, colares de sementes, utensílios de madeira, apetrechos de pesca, maracás, anéis de tucumã, brincos de penas e cocares de envira que usamos nas festas, abanos, abiritás, colares de sementes, cocares com envira batida e saias de envira ou de buriti para usarmos nos Kyynyry; colares grossos de caroço de tucumã, colares de cobra coral, pulseiras e anéis fabricados com semente de tucumã, arcos, flechas e animais esculpidos em madeira.

Brincos de pena são especialidades de várias artesãs na terra indígena Kamicuã, cuja produção é, majoritariamente, feita por encomenda. A composição dos brincos pode misturar penas de aves diferentes, bambu, cipós, sementes e miçangas, além dos anzóis utilizados como atracadores e as linhas de pesca que amarram a composição. As penas mais procuradas são de mutum, pavão, arara vermelha, tucano, garça, papagaio e aracuã.



Alguns adornos corporais são muito significativos para nós, como o colar tradicional Apurinã feito do caroço do tucumã com pingente de boto, também talhado no tucumã. Na aldeia Kamicuã, Hyllen e Raimundo Carlos são os especialistas desse modelo de colar.

“Esse colar é feito pensando na forma e na pintura da onça pintada. E só Pupỹkary pode usar. Quem usa, significa que é uma pessoa guerreira e valente”

Hyllen Apurinã

Existem variações do pingente em forma de coração, cruz, e/ou com frases forjadas à ponta de faca e pintadas com esmalte branco. Contudo, o pingente de boto é a maior referência para os Apurinã.

“Utilizamos matéria-prima da natureza, como as sementes de mulungu, de tucumã, de açaí, tento, lágrima de Nossa Senhora e semente de seringueira, mas não temos furadeira nem despeladeira, e o jeito é comprar semente furada ou pagar para alguém furar à mão aqui mesmo”

Gelson Apurinã

Um tipo de artesanato vem se destacando entre as mulheres. É a pulseira de miçanga, um saber compartilhado na convivência com as parentas indígenas Kaxinawa e Huni-Kuin do Acre.

“Gostamos de fazer a pulseira fechada larga com malha da jiboia ou do jabuti. Confeccionamos por encomenda, uma vez que é difícil adquirir miçanga preciosa, encontrada em lojas de São Paulo (SP). Em Rio Branco tem miçanga, porém, a qualidade é inferior, descasca facilmente. Fazer pulseiras, além de aprender uma arte nova, ainda é um momento das mulheres se juntarem e conversarem, explorarem a sua criatividade. Precisamos de apoio para tirar incentivar outras mulheres e gerar renda com a nossa arte, para a nossa autonomia”

Raimunda, Nova.

O artesanato serve para nosso uso diário e para gerar renda. Envolve toda a família, desde a coleta dos recursos naturais na floresta feita por jovens e adultos, até o acabamento das peças feitas pelas mulheres, sejam crianças, jovens ou adultas. É necessário estimular o interesse e a descoberta sobre a nossa cultura presente no artesanato, por isso, precisamos multiplicar os espaços de troca de conhecimento, fazer intercâmbio, participar de feiras. Precisamos estimular aqueles que ainda não sabem fazer.

“Oficinas de artesanato são uma boa alternativa, especialmente para os jovens que precisam de oportunidades sem se distanciar de sua cultura”

Naiara Apurinã

Momentos de troca de saberes valorizam a cultura e estimulam a participação dos mais velhos e dos conhecedores sobre a cultura.

Ainda não identificamos um mercado formal para o nosso artesanato e não contamos com nenhum comprador específico, o que não nos garante uma fonte de renda segura. Aproveitamos viagens e eventos externos como feiras e encontros para vender alguns modelos. Outra forma de negociação é a encomenda para conhecidos.

“Gostaríamos de ampliar a nossa venda e para isso precisamos de apoio para melhorar a produção e a venda. Precisamos de ferramentas para beneficiar as sementes e de uma casa para vender artesanato aqui na aldeia, a fim de que ela se torne referência de cultura indígena para Boca do Acre”

Olga Apurinã

Todos os anos, no dia de Finados, colocamos nossas barraquinhas na feira do cemitério da comunidade São Paulo e vendemos produtos da agricultura e do artesanato.

“Essa feira já virou tradição e nós aproveitamos. Trazemos bolo [pé de moleque], nessa época tem açaí, abacaxi, tucumã, que trazemos para vender também. Além dos colares, pulseiras, anéis de coco, palito para cabelo e itens do nosso artesanato. Precisamos de mais oportunidades como essa feira para escoar nossos produtos”.

Raimundo Carlos



ARTESANATO

COMO ESTÁ HOJE:

- Temos várias artesãs e artesãos na terra indígena;
- Artesãos e artesãs fabricam objetos de fibra vegetal, madeira, sementes, cerâmica e miçangas;
- Não temos locais adequados para vender;
- As artesãs e artesãos não possuem ferramentas para furar e lixar as sementes.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Multiplicar o conhecimento e passar para as próximas gerações ;
- Capacitar mais artesãos e artesãs;
- Aumentar a produção;
- Obter renda a partir do artesanato;
- Artesanato reconhecido e valorizado dentro e fora da aldeia.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Intercâmbios;
- Oficinas de melhoria da produção;
- Buscar apoio para fabricação: máquinas e ferramentas;
- Construir uma casa de artesanato na terra indígena;
- Ponto de venda na cidade para aproveitar do turismo Mapiá;
- Participar de feiras e exposições;
- Organizar uma casa de cerâmica no Brejo.

PINTURA

A nossa pintura destaca várias malhas (grafismos). Não esperamos um momento especial para pintar os nossos corpos; pode ser uma festa, uma assembleia ou no dia-a-dia. Porém, no Kyynyry todos se pintam segundo o seu clã/nação, Xiwapurynyry e Meetymanety. Usamos as cores preta, extraída do jenipapo e a vermelha, do urucum. Aprendemos a pintar muito cedo e precisamos ouvir mais os toty, nossos mais velhos, para compreender as regras sobre as pinturas e as malhas usadas pelo nosso povo e repassar esse conhecimento para as nossas crianças.



PINTURA

COMO ESTÁ HOJE:

- Pintamos várias malhas (grafismos)
- Usamos as cores preto (jenipapo) e vermelho (urucum).

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Pintura valorizada;
- Pesquisar outras malhas (grafismos);
- Repassar os saberes sobre a pintura
- Pesquisar as pinturas exclusivas para os gêneros, idades e luto.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Conversar com os toty, as kyru e as famílias
- Envolver a escola;
- Buscar apoio e parceria da OPIAJBAM, FOCIMP e outros parceiros;
- Estimular a valorização da pintura nas aldeias.

LÍNGUA MATERNA

A nossa língua materna é a Apurinã, do tronco linguístico Mepure-Aruak. Estamos presentes em todo o território do rio Purus, desde o médio até o alto rio, mantendo relações com os parentes de línguas diferentes com os quais dividimos esse território. Desses, compreendemos mais os Manchineri, um pouco os Kaxarari e os Ashaninka que estão no alto, no estado do Acre.

“O contato intenso com os cariú prejudicou a nossa língua, por isso, hoje poucas pessoas falam a língua materna. E o nosso desejo é que todos falem no cotidiano, principalmente as crianças. Por isso as famílias precisam falar em casa com as crianças, com os velhos, no jogo de futebol... E não basta só falar, precisamos de incentivo na escola também, com material didático na língua para aprender a ler e escrever”

Raimunda, Nova

LÍNGUA MATERNA

COMO ESTÁ HOJE:

- Poucas pessoas ainda falam a língua materna na aldeia.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Todas as pessoas falando, especialmente as crianças
- Língua valorizada;
- Ler e escrever em apurinã com uma única grafia.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Incentivar a língua em casa, junto às famílias;
- Escolas bilíngues;
- Professores capacitados na escrita da língua;
- Material didático traduzido em apurinã e português de forma padronizada;
- Construir uma Escola Cultural dentro da mata onde os mais velhos pudessem ficar com as crianças falando na língua e fazendo atividades culturais ao longo do dia.

COMIDAS TRADICIONAIS

Temos duas regras alimentares relacionadas ao respeito que temos às nossas nações: quem é Xiwapurynyry não pode comer inambu relógio, e quem é Meetymanety não pode comer porquinho do mato. Os pais de crianças pequenas e as mulheres de resguardo também devem tomar cuidado com os alimentos que comem, como as carnes, principalmente de caças e peixes, para evitar que os chefes de alguns animais levem o espírito das crianças e elas adoeçam. Fora essas restrições e cuidados, temos uma variedade de alimentos que podemos consumir e um jeito particular de prepará-los.

Somos agroextrativistas e a mandioca e a castanha fazem toda a diferença na nossa alimentação. Gostamos de preparar matchonga ou beiju bolão, um tipo de bolo de farinha que comemos com carne, peixe ou ipu (larva da palmeira do buriti).

Sabemos escalar e salgar carnes de caças e peixes e nossa forma preferida de preparar as carnes é cozida no leite da castanha. E os peixes salgados, gostamos de cozinhar com macaxeira ou jerimum.

Tomamos caiçuma de macaxeira, mas nem todo parente sabe preparar e por isso deixou de ser um hábito comum, como antigamente. O vinho de bacaba, de buriti, de patoá e açai, tomamos com farinha branca porque, desse modo, não dá azia.

Nossa alimentação tradicional é saudável, mas nos eventos sempre comemos frango de granja congelado, carne de boi e outros alimentos industrializados. Precisamos valorizar as nossas comidas e ensinar os mais jovens a cozinhar. Os parentes das comunidades, os parceiros e a nossa organização indígena podem nos apoiar promovendo espaços de conversa junto às famílias, com oficinas de intercâmbio de saberes e incentivando as comidas tradicionais nos eventos.





COMIDAS TRADICIONAIS

COMO ESTÁ HOJE:

- Sabemos fazer comida tradicional mas nos eventos comemos comida industrializada;
- Pouca oferta de comida tradicional nas Escolas.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Valorização da comida tradicional;
- Passar saberes para os mais jovens.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Envolvimento da comunidade, das famílias e dos parceiros;
- Fortalecer o PNAE para que as comidas tradicionais e locais sejam servidas na merenda;
- Sensibilizar parceiros para comprar comida e produtos da aldeia para os eventos;
- Promover palestras, trocas e conversas sobre os malefícios da comida industrializada.

MEDICINA TRADICIONAL

A nossa medicina tradicional envolve muitos saberes e práticas antigas. Plantas, rezas, defumação, banhos, awiry e katsupary, fazem parte dos recursos que os pajés e as parteiras usam para tratar, curar e cuidar da saúde e da espiritualidade Apurinã.

Ao longo da nossa vivência, esses saberes foram se misturando com a medicina ocidental praticada nos serviços de saúde aos quais tivemos acesso. Muito se deixou de praticar pelo preconceito ou pela oferta dos medicamentos industrializados. Nossos pajés se foram, mas resistimos com força através das mulheres e homens que conhecem, cultivam e preparam remédios caseiros eficazes, e daquelas que possuem o dom de trazer os novos Apurinã à vida, nossas parteiras.



Dentro do nosso território, persistimos em manter vivos esses saberes por meio das gerações. Para tanto, contamos com o apoio de nossos parentes e aliados para consolidarmos as estratégias de transmissão desses saberes, a sua integração ao sistema de saúde indígena, a implantação de uma horta comunitária e a construção de uma casa para conservar os remédios caseiros e assim evitarmos a dependência de medicamentos da farmácia (industrializados).

Lutamos constantemente por um sistema de saúde indígena de qualidade que respeite e reconheça a nossa ciência, nossos saberes e os nossos especialistas tradicionais.





MEDICINA TRADICIONAL

COMO ESTÁ HOJE:

- Temos conhecimento sobre vários remédios tradicionais;
- Conhecimento sobre vários tratamentos tradicionais;
- Temos plantas medicinais na terra indígena;
- Tem parteira na aldeia.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Valorização da medicina tradicional;
- Diminuição do preconceito;
- Cultivar uma horta coletiva de plantas medicinais para incentivar a troca de saberes;
- Evitar a dependência de medicamentos industrializados;
- Valorizar os conhecedores;
- Reconhecimento pelo subsistema de saúde indígena.



O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Criar espaços e oportunidades para falar mais sobre as plantas e os tratamentos;
- Proporcionar trocas de conhecimento;
- Valorizar as pessoas que conhecem sobre a medicina tradicional;
- Buscar apoio da SESAI, FUNAI, OPIAJBAM, FOCIMP, e parceiros para construir uma casa para guardar os remédios;
- Integrar na abordagem da equipe de saúde.



AWIRY OU RAPÉ

Tomar awiry é uma tradição Pupÿkary praticada por homens e mulheres desde muito jovens. Carregamos sempre conosco o mekaru e o katukano com muito cuidado, para tomar awiry em qualquer momento do dia. Quando encontramos um parente, tomamos rapé um na mão do outro em gesto de saudação e respeito. Queremos que o nosso jeito Apurinã de fazer e tomar awiry seja preservado em respeito a nossa ancestralidade. As mudanças climáticas estão prejudicando as plantas do rapé, mas precisamos continuar cultivando porque faz parte da nossa origem.



"O awiry é plantado no roçado, depois de queimado, e depois de quinze dias o awiry começa a nascer. Os Apurinã começam a entrar em ação, pois é o período de inverno que essa planta medicinal prefere. É uma planta sensível e só pode ser plantada nesse período.

Daí para frente é só cuidar, até o awiry ficar no ponto certo. E quando os Apurinã estão fazendo o awiry, nesse dia, embora não esteja chovendo, mesmo assim, forma o tempo. É a força do Tsurá. O processo do awiry envolvia a secagem no rodo do fogo, até ficar pronto, mas hoje os Apurinã usam outro processo de secagem.

O awiry é uma medicina tradicional. Nasceu de um pajé que morreu. Outro pajé sonhou, e quando foi até o cemitério, o awiry estava nascendo. Os nossos ancestrais falam que o awiry é um remédio para a cura, que deve ser usado pelo pajé.

Também serve para gripe, sinusite, moleza e serve para caçar na floresta. O awiry tem uma mistura de plantas da região. Essa mistura é queimada numa cerâmica até ficar só a cinza, durante três ou quatro horas"

Professor Neuto Gonçalves de Lima Apurinã

AWIRY

COMO ESTÁ HOJE:

- É um conhecimento ancestral;
- Homens e mulheres tomam awiry;
- Tomamos awiry diariamente;
- Plantamos pouco;
- As mudanças climáticas prejudicam a plantação.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Valorizado pelas novas gerações;
- Reconhecido como parte da nossa medicina tradicional;
- Que esse conhecimento seja preservado conforme a ancestralidade.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Conversar com os jovens sobre a história e o uso do awiry;
- Cultivar a planta para não perder;
- Não mudar o jeito Apurinã de fazer o awiry, preservar a ancestralidade.

KYYNYRY OU XINGANÉ

O kyynyry é a nossa festa. Começamos a chamar de xingané com os brancos. Um kyynyry começa no momento que estamos escolhendo quem vai organizar. As festas Apurinã sempre contam com muitos convidados de diferentes aldeias. Necessariamente terá farta comida, pescarias e caçadas. Por isso é importante garantir a comida antes de tudo. É uma festa grande que conta com o trabalho de muita gente e precisa ser feita com muito zelo, porque envolve vários elementos da nossa cultura: artesanatos, cantos, língua, nomes dos clãs, lembrança dos entes queridos, rapé, a maneira de preparar as comidas, a tinguizada, o preparo dos pássaros. A festa é uma oportunidade para que os casais se casem e para que se batizem as crianças. Todos esses preparativos têm muito significado e envolvem toda a comunidade.

Nós reconhecemos que o kyynyry é a festa mais importante para nós, Pupŷkary. Porém, hoje é pouco realizada e quase ninguém sabe “cortar o sanguiré” (uma etapa ritual fundamental que marca a interação dos convidados e dos anfitriões) ou cantar, porque muitos de nós não somos fluentes na língua materna. Os mais velhos contam que dançar é um dos testes que Tsurá deixou para os Apurinã, mas tem parente que faz errado na dança da cobra, no xingané. É preciso ensinar o jeito certo e o porquê de tudo nessa festa ser sério, e pedir respeito à nossa cultura.

Queremos aprender os cantos e a língua para “cortar sanguiré”, e precisamos realizar o Kyynyry com mais frequência para fortalecer o nosso jeito de ser Pupÿkary. Para alcançar isto, vamos buscar apoio de nossos parceiros institucionais e da nossa organização indígena para desenvolver atividades que estimulem as famílias a conversarem mais sobre os cantos, sobre a língua, sobre o jeito certo de preparar a festa e obter apoio financeiro para os custos com os quais não podemos arcar.

Desejamos realizar intercâmbios com cantores de outras aldeias, e trazer os parentes de longe, porque o xingané é uma oportunidade de visitar e saber notícias da família distante.

É preciso se preparar para que haja fartura e todos comam bem, bebam e dancem. E garantir o combustível para o deslocamento dos convidados, porque sem Apurinã de outra aldeia não tem xingané!



KYYNYRY

COMO ESTÁ HOJE:

- Ritual pouco realizado;
- Reconhecido como uma festa importante;
- Poucos sabem “cortar sanguiré”;
- Poucos sabem cantar.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Estimular o aprendizado dos cantos;
- Aprender a língua para “cortar sanguiré”;
- Realizar com mais frequência.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Buscar apoio dos parceiros (IEB, SESAI, FUNAI, OPIAJBAM, FOCIMP) para viabilizar rituais ;
- Comunidade pode organizar conversas sobre os cantos, a língua e a preparação da festa, especialmente sobre as regras da festa;
- Realizar intercâmbio de cantores.

JUVENTUDE

Muitos jovens no nosso território reclamam da falta de oportunidades de lazer, de formação e de geração de renda. Não temos escola de nível médio e por isso nossos jovens precisam estudar na cidade sofrendo preconceito e riscos diversos à sua segurança. Os únicos espaços de lazer nas aldeias são os campinhos de futebol, que precisam de tratamento. Queremos construir uma quadra poliesportiva e incentivar o esporte entre os jovens.

Alguns jovens estão se interessando pelo Movimento Indígena e têm participado das mobilizações indígenas em Brasília, como o Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres. Alguns deles engajaram nas ações de gestão do território e se tornaram AAI's, comunicadores indígena e técnicos de SIG – buscando incrementar o monitoramento do território com o incremento de novas tecnologias. Queremos ampliar esses espaços e as oportunidades de participação para atender as demandas dos jovens, gerando oportunidade de conhecimento e qualificação.

Precisamos de jovens preparados para ocupar os espaços de decisões e para participar do Movimento Indígena. Para isso, queremos formar novas lideranças indígenas e organizar o movimento da juventude. Acreditamos que os jovens têm a força e o potencial para dar continuidade à luta que os seus antecessores começaram.

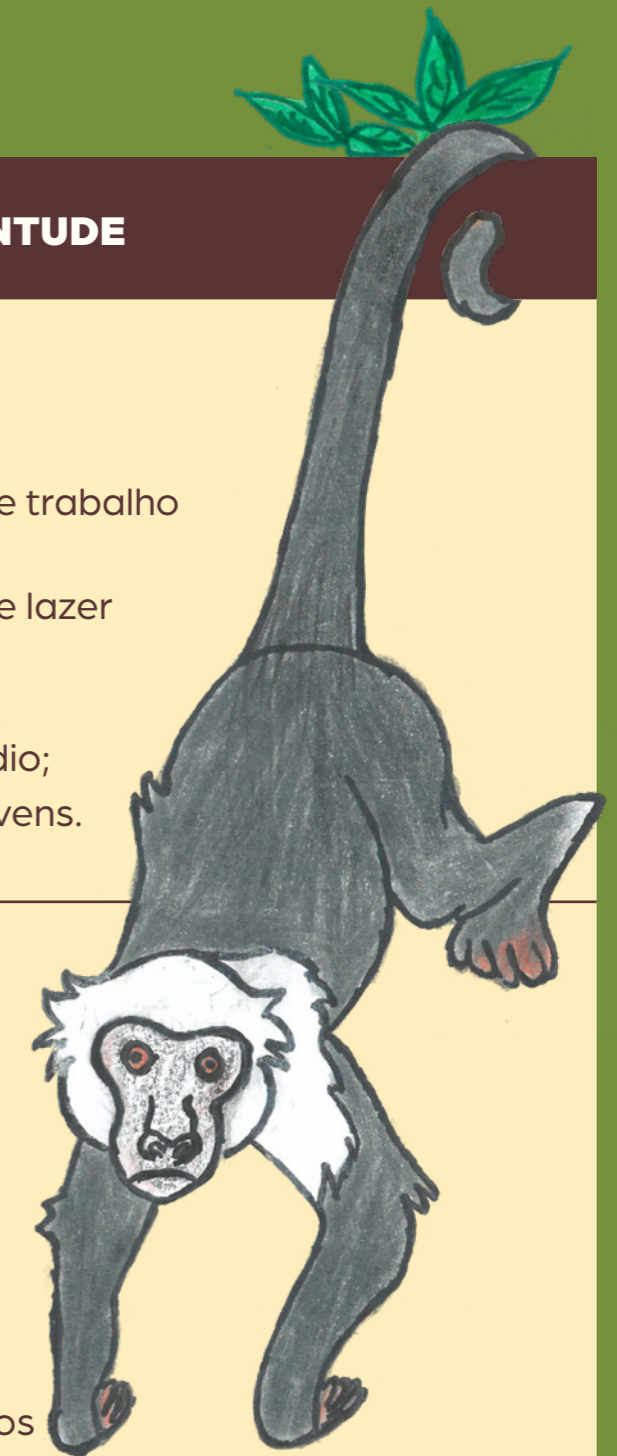
JUVENTUDE

COMO ESTÁ HOJE:

- Poucas oportunidades de trabalho e geração de renda;
- Poucas oportunidades de lazer e entretenimento;
- Saem da comunidade para cursar o Ensino médio;
- Não há movimento de jovens.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Jovens atuantes;
- Jovens engajados politicamente;
- Jovens preparados – profissionalizados;
- Jovens ocupando espaços de decisão;
- Escola de Ensino Médio na terra indígena com quadras poliesportivas.





O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Proporcionar espaços de trocas com os mais velhos sobre temas culturais: medicina tradicional, finalidade de diferentes pinturas corporais, restrições alimentares relacionadas aos clãs, recuperar histórias da cultura e território ;
- Buscar apoio dos parceiros para formação técnica, profissionalizante, política e de geração de renda para os jovens (oficinas, intercâmbio, participação em eventos, cursos);
- Organizar o movimento dos jovens;
- Incentivar a preparação das jovens lideranças indígenas;
- Construir estruturas e projetos de atividades esportivas para proporcionar espaços de lazer para os jovens, além de gerar interação entre a comunidade e manutenção da saúde.

MULHERES

As nossas mulheres têm participação muito importante na cultura Pupÿkary. As mais velhas guardam os conhecimentos das nossas histórias e da nossa medicina tradicional.

Algumas mulheres mais jovens ocupam espaços respeitáveis como professoras e começam a participar do Movimento Indígena. Mas a participação ainda é insipiente e elas buscam mais oportunidades.

As nossas mulheres são agricultoras, artesãs, quebram castanha. Algumas estão participando dos projetos de gestão do nosso território, atuando como agentes ambientais, pesquisadoras do clima, fazendo incidência política de defesa dos nossos direitos em mobilizações como o Acampamento Terra Livre, a Marcha das Mulheres e nos conselhos de saúde. Elas estão abrindo espaço para outras mulheres mais jovens.



Queremos fortalecer as capacidades das mulheres com formações, cursos, intercâmbios, projetos, pois assim ampliaremos a sua atuação nos espaços de decisões e de geração de renda. Autonomia financeira para nossas mulheres é uma prioridade para nós. Por isso, realizamos um piloto de uma das atividades elencadas de implementação do nosso PGTA: uma oficina de pulseiras de miçanga para a troca de conhecimentos e organização da produção. Cada artesã produziu pulseiras em diferentes técnicas para poder replicar esse saber e comercializar este produto de fácil escoamento.

Acreditamos que a articulação das mulheres pode gerar mudanças significativas no jeito como elas são vistas hoje nas políticas públicas. Além de estimular que sejam reconhecidas dentro e fora do território.

MULHERES

COMO ESTÁ HOJE:

- Pouca participação das mulheres;
- Algumas ocupam lugares importantes como professoras e representantes da FOCIMP;
- São artesãs, agricultoras e coletam castanha.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Mulheres fortalecidas;
- Estimular a participação das mulheres em encontros e reuniões locais e nacionais ;
- Gerar oportunidades de geração de renda
- Aumentar a participação em espaços de decisão (governo, associações, câmara);
- Estimular a capacitação em temas diversos (política, produção, artesanato e outros);
- Reconhecimento das mulheres dentro e fora das aldeias.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Fortalecer a união das mulheres;
- Realizar encontros nas aldeias para manter o diálogo e falar sobre os seus trabalhos e intenções ;
- Atenção especial pela equipe de saúde para os cuidados com as mulheres;
- Comunidade, OPIAJBAM, FOCIMP e parceiros podem apoiar projetos, reuniões, intercâmbios e capacitações das mulheres.



PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS

As práticas de nossas atividades produtivas tradicionais, como a colheita da castanha, a produção de farinha, a caça, a pesca, o plantio da roça e o uso sustentável da capoeira desempenham um papel importante para a sustentabilidade cultural e ambiental. Vamos contar, neste capítulo, um pouco mais sobre essas atividades, sobre os conhecimentos em relação à floresta que foram incrementados por meio de intercâmbios com outros povos e processos formativos junto a parceiros do governo e da sociedade civil. E, claro, sobre os apoios que precisamos para garantir renda e a conservação dos ecossistemas para as futuras gerações.

AGRICULTURA FAMILIAR

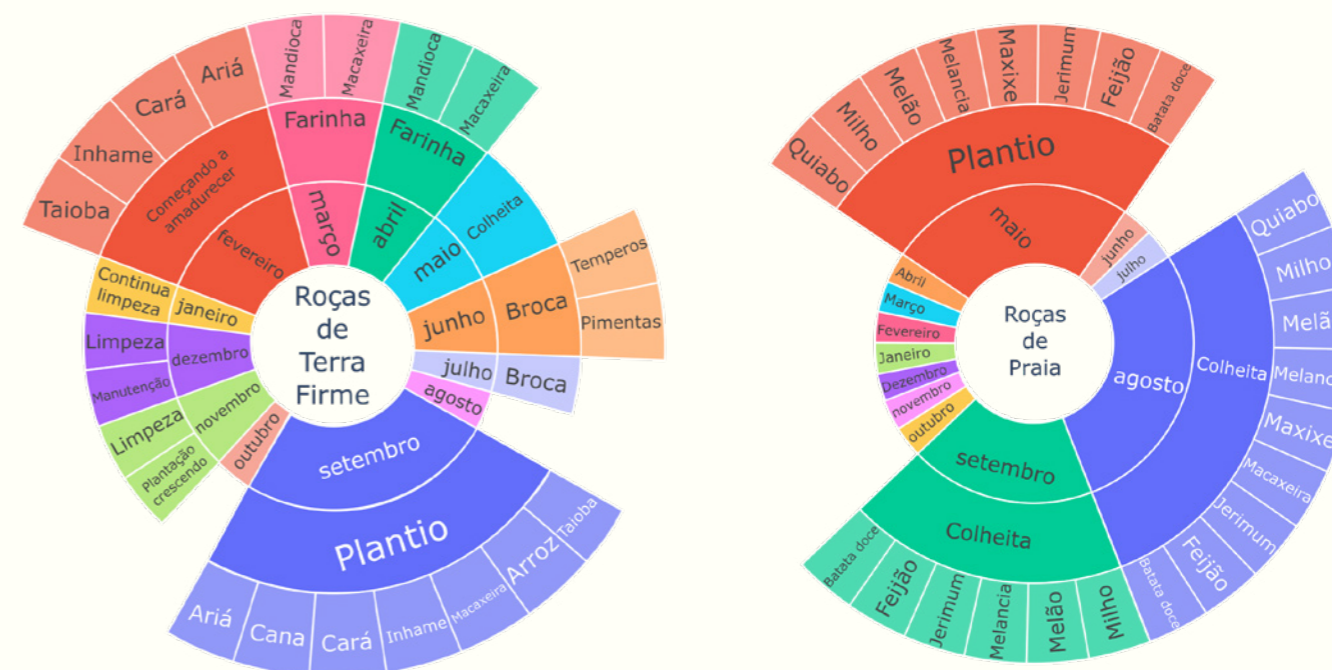
A nossa agricultura familiar é bastante diversa. Plantamos roças todos os anos, nas áreas de terra firme e nas áreas de várzea.

As roças de terra firme são cultivadas em capoeiras localizadas em terras altas. Começamos com a escolha do local, demarcamos a área, depois vem a derrubada, queima, coivara, limpeza, plantio e o zelo. Todo o trabalho é feito sem utilização de maquinário e veneno. Nas roças de terra firme, além da mandioca e da macaxeira, plantamos também mamão, flexeira, awiry, pimentas, arroz, milho, inhame, cará, batata, jerimum, banana e abacaxi. Cultivamos a terra por volta de três anos e depois deixamos descansar, migrando a roça para outro ponto de capoeira ou, em alguns casos, abrindo uma nova área de mata bruta.

As roças de terra firme estão presentes na Aldeia Centrinho, Aldeia Ywinawa, Aldeia Katispero, na Aldeia Kamicuã. Na aldeia Kamicuã, estamos trazendo as roças para perto das casas, o que facilita o trabalho e envolve mais gente.

Nossas roças de várzea são divididas em dois tipos. A "roça comum", onde plantamos quase todos os mesmos produtos da terra firme: mandioca, macaxeira, batata, inhame, cará, banana, jerimum e abacaxi, dentre outros, e a "roça de praia", que fica instalada nas praias do rio Purus, onde plantamos macaxeira, melancia, milho,

jerimum e feijão de praia. Nos dois tipos de roças de várzea precisamos plantar ligeiro, assim que as águas baixam no início do verão amazônico, para conseguirmos colher antes da próxima cheia do rio. É arriscado perder o trabalho, caso uma chuva forte aconteça e a cheia do rio chegue antes do previsto. As mudanças climáticas interferem nessa modalidade com mais intensidade, como ocorreu em 2023.



O que já temos acordado é que todos os Apurinã podem botar roça, ou abrir um “centro”, que é um roçado mais distante da aldeia, com SAF, forno de farinha e uma estrutura para acampar, desde que não derrube ou afete castanheiras ou espécies de nosso extrativismo. Cada um respeita o espaço do outro, que até agora é delimitado pela força de trabalho de cada família e compreendido por todos, sem necessidade de cercas ou medições.

As roças onde plantamos mandioca para fazer farinha costumam ser familiares. Atualmente nossa produção de farinha é basicamente para o consumo, mas algumas famílias podem vender umas pras outras. Em Kamicuã, as casas de farinha são familiares e ficam próximas aos roçados. Nas aldeias Centrinho, Ywinawa e Katispero, temos uma ou duas casas de farinha que compartilhamos entre todas as famílias.

Apesar da proximidade com a cidade, é muito difícil escoar nossa produção e achar bons compradores. Nosso principal problema é a falta de apoio para o beneficiamento e comercialização dos produtos. Precisamos de melhor estrutura, de assistência técnica para boas práticas e saber como escoar nossa produção.

Outro ponto de atenção é com relação à merenda escolar indígena. Comercializar para as nossas escolas é uma prioridade, porque garante que nossas crianças comam comida que faz parte da nossa cultura, sem aditivo de agrotóxicos, e que as famílias se beneficiem com a venda de seus excedentes. Desse jeito o alimento que plantamos fica no território e garante a segurança

alimentar, mas com incremento na renda familiar! É por isso que nós iniciamos um trabalho para inclusão de famílias da terra indígena Kamicuã no PNAE com o apoio da prefeitura de Boca do Acre, IDAM, da CR Alto Purus e da GIZ. Mas ainda precisamos envolver mais famílias e apoiá-las nos trâmites burocráticos, que precisam ser melhor esclarecidos e facilitados. Existe um limite do consumo da escola na terra indígena, por isso é preciso abrir a distribuição também para as escolas do município de Boca do Acre, para que mais produtores possam escoar sua produção via PNAE e levar comida de qualidade e sem agrotóxicos para crianças não indígenas.





SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Iniciamos a implementação de Sistemas Agroflorestais na terra indígena Kamicuã há cerca de 30 anos, a partir dos esforços do finado Sukuna, que participou de um projeto da CPI-Acre em parceria com a FUNTAC para formação de Agentes Agroflorestais. Com início em 1991, essa turma de Agentes Agroflorestais recebeu capacitações em diversas técnicas e saberes voltados ao manejo agroflorestal e à gestão ambiental. Sukuna foi o representante da terra indígena Kamicuã e solicitou uma visita técnica da FUNTAC à nossa aldeia para avaliar a qualidade do solo. Sukuna conseguiu centenas de árvores frutíferas com esta parceria e aproveitou para implementar o início de um SAF piloto na área de um roçado aberto pelo seu tio.

Sukuna buscou colocar em prática o que aprendeu como Agente Agroflorestal. Iniciou o plantio das sementes das frutas que pegava na mata, “imitando a floresta”, como ele costumava dizer, e passou a envolver outras pessoas, a repassar seus conhecimentos e a modificar a paisagem dos arredores da aldeia.

Cerca de dez anos depois a UFAC em convênio com a FUNAI promoveu outro projeto que formou o Gerson, Cleudo, Nereide, entre outros, como Agentes Agroflorestais e implementou um viveiro na Baixada, onde reproduzíamos mudas de sementes que coletávamos

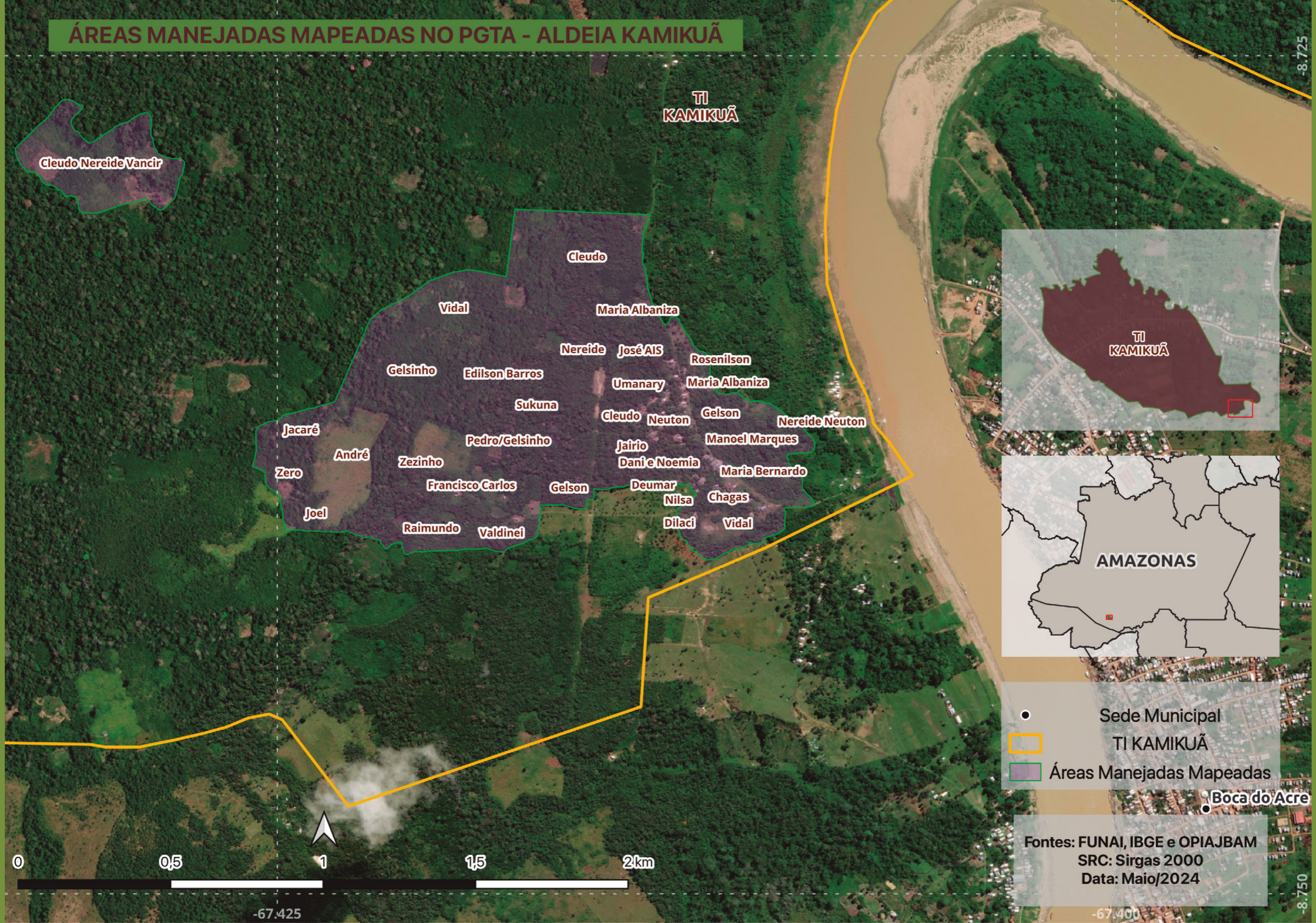
da mata. E cabe lembrar que naquela época os mais velhos, acostumados com o extrativismo na mata, não se interessaram por esse trabalho. Ainda assim, alguns jovens se apaixonaram pela implementação dos SAFs e atualmente temos em torno de 130 hectares de áreas manejadas apenas na Aldeia Kamikuã, sendo que a maior parte dessa “floresta plantada” está em nossos quintais e centros, como demonstra o mapa a seguir. Incluímos no mapa o nome de referência das famílias, mas a atividade de manejo é realizada pela maior parte dos membros, incluindo os anciãos, jovens, mulheres e crianças.

“O melhor é o trabalho. Colher o que planta. Nunca me arrependo de fazer minha SAF. Vi com o finado Sukuna que esse era o futuro para minha família. Tem que entrar em ação. Fazer um planejamento coletivo, reunir. Vamos à Boca para comprar sal e óleo (o que não produzimos aqui) e vender a produção de fruta. Tem laranja, abacate, abacaxi que não acaba. Óleo de andiroba, hortelã, rapé, tudo perto da minha casa. Quando além precisa, tem”.

Mataunky Katauri – Cleudo Pereira da Silva



ÁREAS MANEJADAS MAPEADAS NO PGTA - ALDEIA KAMIKUÃ



- Sede Municipal TI KAMIKUÃ
- Áreas Manejadas Mapeadas

Boca do Acre

Fontes: FUNAI, IBGE e OPIAJBAM
SRC: Sirgas 2000
Data: Maio/2024

0 0,5 1 1,5 2km

-67.425

-67.400

-8.750

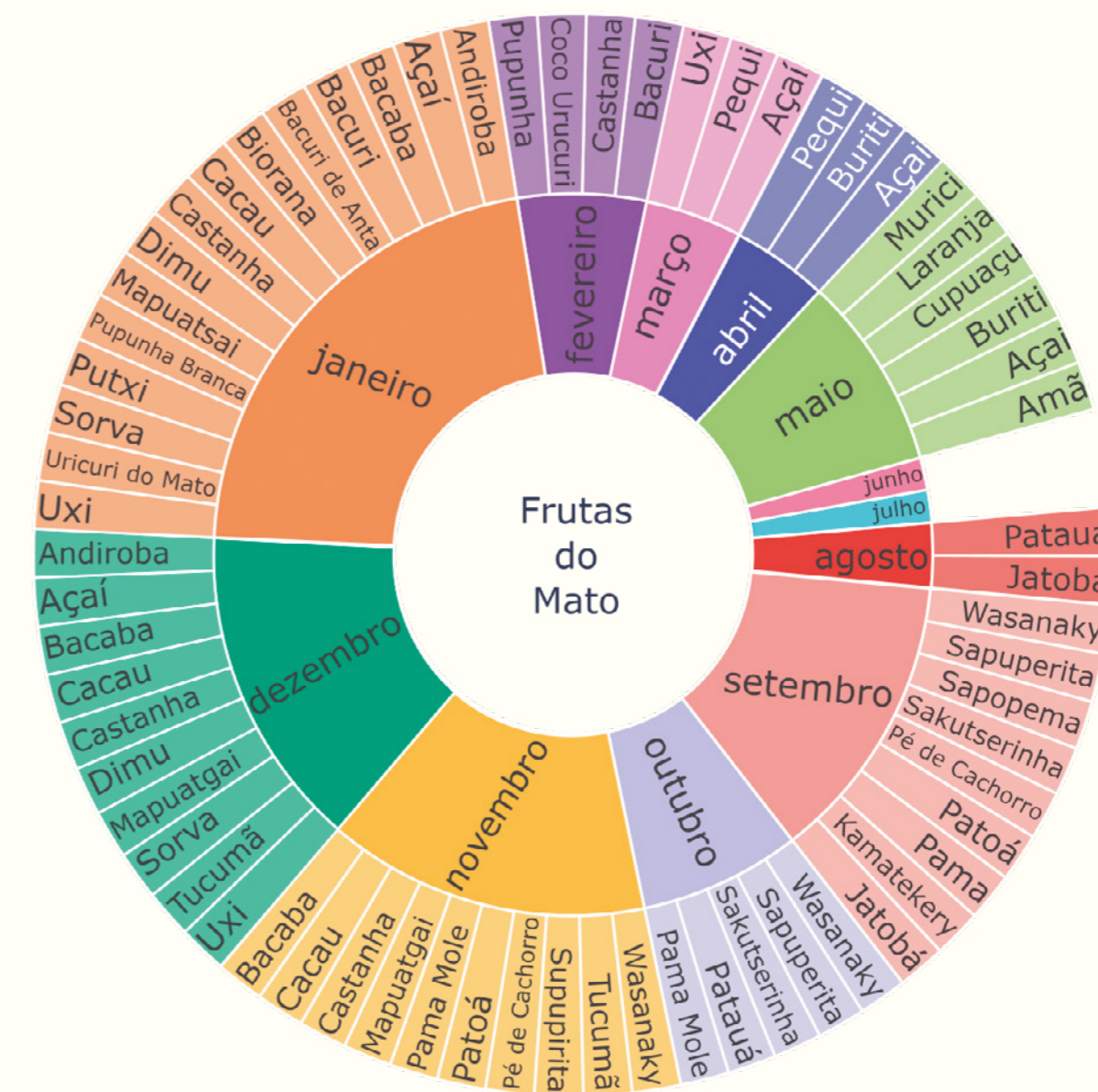
-8.725

“Aqui está nossa maior força. Em Kamicuã temos as SAFs do Neuto que herdou do Sukunac, tem o da Nereide, do Cleudo e o meu. Plantamos demais e temos muita variedade. Nossos plantios são de pama, abacate, abacaxi, laranja, tangerina, pequi, açai, bacaba, buriti, pupunha, cupuaçu. Uxi, cará, inhame branco e roxo. Sempre lembramos de separar a maniva para garantir. Patauá, banana, jagube, rainha, auri. Milho e feijão na praia. Mamão na baixada. Tenho o mel e os óleos. Cada produto dá em uma época do ano, aqui temos coisa que não acaba mais”.

Sukunawualkury Kamaute Gersinho Vieira Apurinã

Porque a ideia principal de estabelecer Sistemas Agroflorestais é que as famílias tragam para próximo de suas casas tudo que coletamos na mata. E hoje em dia é assim: as SAFs produzem muitas frutas, medicinas e madeiras para utilizarmos na nossa vida. Entre elas temos açai, cupuaçu, cacau, beribá, patauá, ingá, bacuri, abacaxi, pequi, banana, pupunha, laranja, biribá, castanha, cajá, limão, café, pama, mari, tucumã, buriti, mexerica, jenipapo, urucum, graviola, entre tantas espécies. Assim, aumentamos a disponibilidade de alimentos para nossas famílias e para os animais, reforçando nossa segurança alimentar e a possibilidade de incrementos na renda. Além disso, a aldeia e seus arredores fica fresca, bonita e agradável. Todo mundo nota e comenta isso ao andar

pela aldeia Kamicuã. Para mostrar um pouco das nossas atividades produtivas e produção ao longo do ano, nós fizemos um calendário produtivo que foi sistematizado aqui:



Muitos de nós estamos orgulhosos dos trabalhos que desenvolvemos para conservação ambiental. Produzimos mudas, temos criação de abelhas e muitas vezes recebemos visitas de outros parentes ou de estudantes que vêm conhecer as técnicas que estamos desenvolvendo de cultivo de espécies florestais porque sabemos quais espécies protegem outras espécies e produzem nutrientes que são aproveitadas por outras. Atualmente temos parcerias com a COOPERAR, com a EMBRAPA, recebemos máquinas despoldadeiras da FUNAI, temos uma barcaça para secar sementes... mas precisamos de um apoio mais intenso para o beneficiamento da nossa produção, armazenamento e escoamento. Além de um apoio técnico para o manejo das áreas de SAF mais antigas com o intuito de aumentar a produção de algumas espécies como o cupuaçu. Precisamos também de capacitações sobre cooperativismo, o que pode ser uma via de organização social para o beneficiamento e a comercialização de nossos produtos.



PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS

COMO ESTÁ HOJE:

- Poucas famílias fornecem merenda PNAE;
- Falta assistência técnica para a SAF antiga produzir mais;
- Casas de farinha em péssimas condições;
- Necessidade de maiores informações sobre o cooperativismo;
- Pouca união na comunidade.

“Tem que lembrar que temos futuro. Tem que pensar no que vai plantar pra ter amanhã. É bom para a vida da gente, afinal comemos todos os dias. De primeira os veteranos não acreditavam nesse trabalho, mas valeu a pena ter feito a SAF! No início essas áreas da SAF eram todas de roça, as plantas e frutíferas entraram na segunda remessa”.

Nereide Apurinã

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Fazer oficina para PNAE e PAA;
- Melhorar a mobilização;
- Produção agrícola forte;
- Cadastrar mais famílias no PNAE e PAA;
- Melhorar o mapeamento produtivo;
- Adensar quintais com frutíferas;
- Criar cardápio adequado à sazonalidade dos produtos;
- Mais gente para oferecer assistência técnica;
- Materiais para armazenamento e pesagem;
- Compra de materiais para as casas de farinha com consulta às comunidades;
- Apoio de ferramentas e maquinário para casa de farinha;
- Acompanhamento e acordos internos da comunidade sobre o uso dos materiais;
- Formações e equipamentos para aproveitamento de madeira para marcenaria;
- Adquirir despoldora e peladeira de arroz;
- Criação de cantina para local de comércio de produtos locais;
- Oficina de boas práticas no beneficiamento da farinha;
- Valorização de nossos produtos;
- Melhores estruturas para o beneficiamento;
- Realização de planos de negócio/estudos de viabilidade/pesquisa de mercado.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Firmar parceiros, elaboração de projetos, reuniões comunitárias;
- Nossos principais parceiros: IEB, SEDUC, IDAM, FUNAI, EMBRAPA, Secretaria Municipal de Produção, UFAM, OPIAJBAM, MPF, GIZ, Instituto Pupÿkary.



CASTANHA

Todo ano, no início do inverno amazônico, durante os meses de outubro e janeiro, grande parte das famílias trabalha com a coleta da castanha. Temos muitos castanhais na terra indígena Kamicuã, eles ficam próximos aos Igarapés Preto, Mari, Inauini e São Francisco.

A castanha constitui, há muitos anos, nossa principal fonte de renda provinda da floresta! Mas não é só por isso que ela é tão importante para nós. Apesar da dificuldade com relação ao transporte das amêndoas, gostamos do trabalho com a castanha, que há muito faz parte da nossa vida. Na época da coleta, muitas das nossas famílias deslocam-se para perto dos castanhais, nas "colocações", em acampamentos que chamamos de "centro". Sobretudo quem tem castanhais mais distantes das aldeias.



Para chegar nas castanheiras, algumas famílias viajam pelo rio Purus, Inauini, Mari, e todas percorrem malhas de caminhos abertos na floresta, conhecidos por "piques". Caminhos que cuidamos, e que tem dono. Mas quando dizemos "dono", não estamos nos referindo ao sentido do não indígena, como propriedade da terra, com muros, cercas ou documentos. Para nós, o dono é a família que abriu os piques e cuida dos caminhos, sempre limpando e zelando por eles. Nossos castanhais passam de geração para geração, e seus limites são circunscritos, ainda que visualmente. Mas os arranjos variam e podemos dar para outro parente ou permitir que outra família quebre castanha em alguma safra. O importante é respeitar o castanhal de cada um e não abandonar os piques! Na página seguinte vocês podem ver um mapa que fizemos com as áreas onde estão os principais castanhais manejados.

Nos centros, como chamamos os acampamentos no interior dos castanhais, as famílias ou grupos se relacionam, visitam, trocam bens, informações e aprendizados. Nossas crianças têm a chance de aprender muito sobre a floresta durante a coleta e quebra da castanha, já que parte do período coincide com a época das férias escolares. Vivemos a abundância da floresta: caçamos, pescamos, andamos no mato, comemos frutas e ouvimos histórias quando estamos nos castanhais.

TERRA INDÍGENA KAMIKUÃ E CASTANHAIS



- Castanhas
- Sedes Municipais
- Rodovias Federais
- Drenagem
- TI KAMIKUÃ
- Assentamento Federal
- Unidades de Conservação

Fontes: DNIT, FUNAI, IBGE, INCRA, MMA e OPIAJBAM
SRC: Sirgas 2000
Data: Maio/2024

Algumas famílias que têm seu castanhal mais próximo das aldeias podem se organizar para passar o dia quebrando e ensacando a produção e voltar para casa para continuar o trabalho depois. De toda forma, ao final da coleta e da quebra, nos organizamos para vender as castanhas. Acontece que para ir para o castanhal, as famílias apurinã têm de adquirir insumos necessários, como: facões ou terçados, lima, sacos de ráfia, munição para as espingardas, combustível, alimentação, para a gente citar os mais óbvios – além de farinha, que quando não conseguimos produzir, temos que comprar.

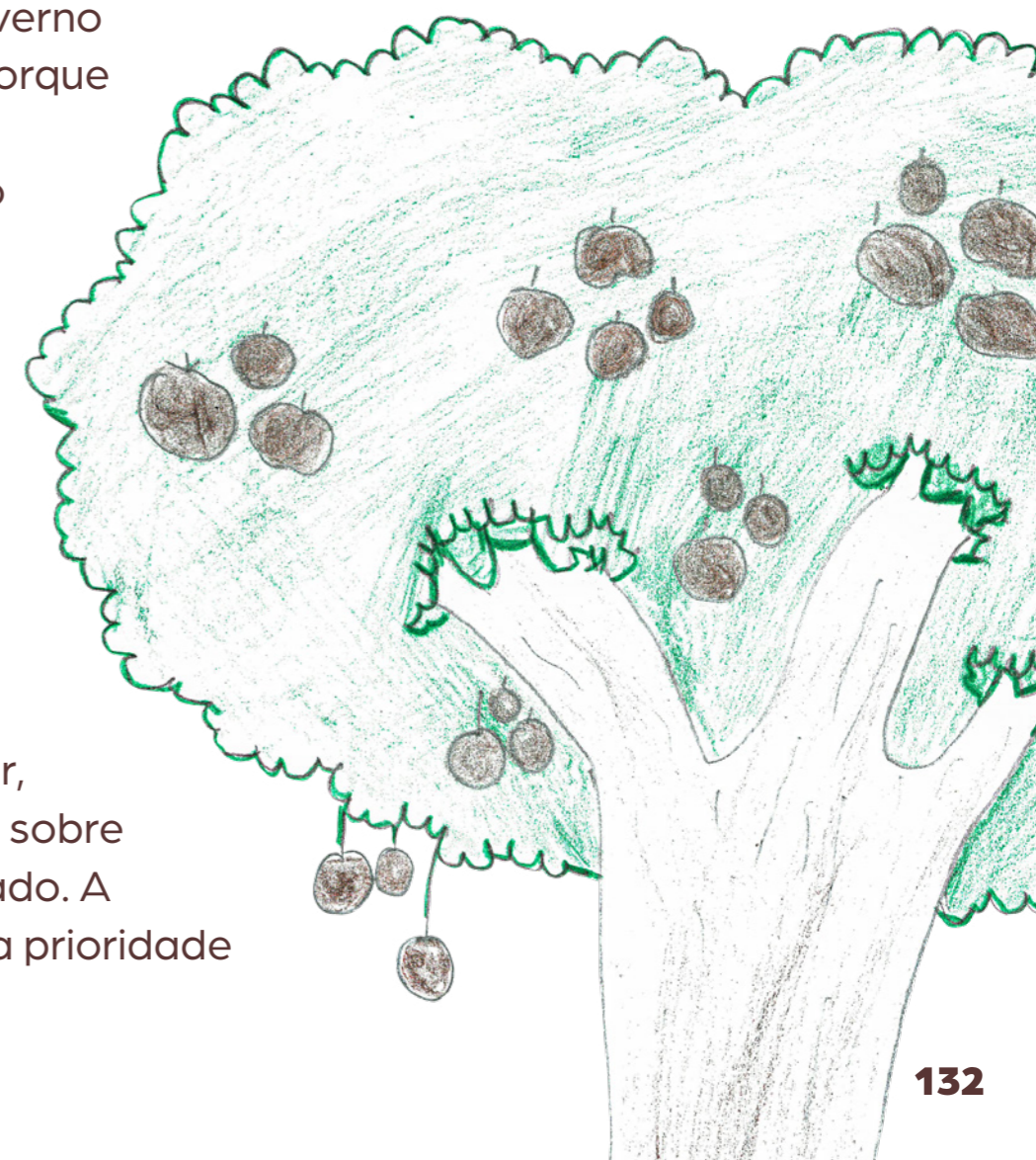
Tem ano que recebemos apoio da FUNAI e de parceiros, mas não são suficientes, e, dessa forma, as famílias adiantam recursos com os atravessadores ou regatões, isto é: acabam se endividando.

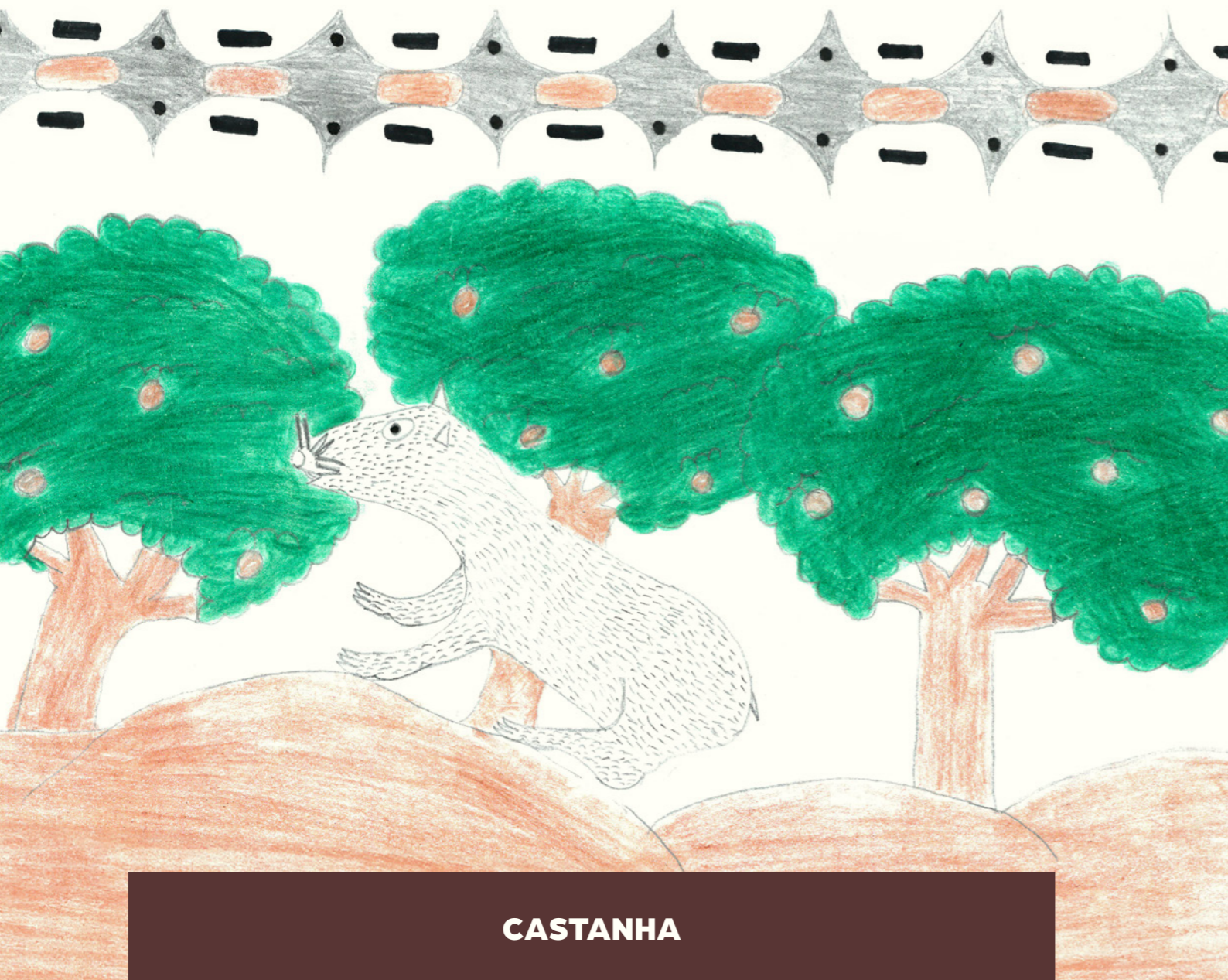
E para complexificar, o volume de produção de castanha varia muito de um ano para o outro, assim como o preço da lata flutua consideravelmente numa mesma safra. Fato que contribui para que famílias fiquem endividadas, ou empenhem sua produção antes mesmo da coleta, por conta do acordo assumido com o atravessador.

Como não possuímos embarcações apropriadas, casas de secagem e não conhecemos o mercado, dependemos dos atravessadores para escoar a nossa produção.

É por isso que queremos compreender e conhecer alternativas, como cooperativas para beneficiar a castanha. Nossa produção tem um potencial enorme e precisamos de um mapeamento e diagnóstico mais acurado para dimensionar as quantidades e as logísticas. Na terra indígena Kamicuã tem muita castanheira não manejada, então, com planejamento, estudos, monitoramento territorial e investimento, podemos aumentar a produção!

Queremos fazer intercâmbios, conhecer o processo do beneficiamento, as políticas públicas e firmar parcerias com empresas, IEB, FUNAI, prefeituras, Governo Estadual etc. Porque sabemos que o beneficiamento agrega valor, mas para isso precisamos melhorar as práticas de coleta e transporte, ter locais adequados para armazenar, e compreender sobre gestão e mercado. A castanha é uma prioridade para nós!





CASTANHA

COMO ESTÁ HOJE:

- Falta apoio para o beneficiamento;
- Falta rotatividade entre as famílias que recebem ajuda em combustível da FUNAI;
- Venda para atravessadores com preço baixo para a comunidade.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Limpar os piques e o Igarapé Preto coletivamente para melhorar o acesso e transporte;
- Maior apoio ao beneficiamento da castanha;
- Realizar diagnóstico para o fortalecimento da cadeia de produção da castanha;
- Melhor acompanhamento do apoio/materiais recebidos;
- Melhorar a transparência de auxílio combustível cedido pela CTL/FUNAI;
- Buscar mercados para evitar atravessadores;
- Mapear potencial produtivo dos castanhais;
- Capacitação sobre cooperativismo;
- Mobilizar comunidade para organização social
- Conhecer e divulgar o potencial produtivo da TI e priorizar a autonomia;
- Assistência técnica e boas práticas na coleta, transporte e armazenamento da castanha;
- Não fazer roçado em lugares com castanheiras e madeiras de lei.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Firmar parcerias: COOPERAR, OPIAJBAM, EMBRAPA, GIZ, IEB, Secretaria de produção municipal e estadual, prefeitura, IDAM, FUNAI, Instituto Pupýkary;
- Trabalho com união AAI;
- Cobrar a construção de uma Feira Indígena em Boca do Acre.



“A caça é toda uma ciência da mata. Quando alguém vai caçar, por exemplo, costuma deixar um pouco de fumo em cima de um pau que o caboclinho leva. Isso garante sorte pro caçador. Quando o cabra volta, [o fumo] não tá mais lá!”

José Carlos dos Santos Apurinã

PESCA E CAÇA

COMO ESTÁ HOJE:

- Entrada de não indígenas na TI;
- Limites invadidos;
- Potencial para criação pouco aproveitado;

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Impedir a invasão de não indígenas e garantir o usufruto exclusivo da terra e seus recursos para o povo Apurinã de Kamicuã;
- Respeitar a lei de uso exclusivo da TI;
- Respeitar acordos;
- Respeitar limites;
- União entre todos;
- Respeitar a forma tradicional de colocar tingui;
- Fazer denúncia;
- Consultar os moradores da TI;
- Respeitar o período do defeso (caça e pesca);
- Usar a sabedoria com o tingui (não exagerar);
- Estudo sobre o potencial produtivo dos lagos/ manejo do pirarucu;
- Valorizar caça entre os jovens;
- Valorizar alimentos tradicionais entre os jovens;
- Receber assistência técnica nas criações;
- Criação de grupo para planejar o tamanho e as formas de criação dentro da TI.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Firmar parcerias: COOPERAR, OPIAJBAM, EMBRAPA, GIZ, IEB, Secretaria de produção municipal e estadual, prefeitura, IDAM, FUNAI;
- Trabalho com união AAI.

TURISMO

Estamos pensando a respeito do turismo aqui em Kamicuã. Parte da nossa comunidade acredita ser uma boa ideia, mas muitos ainda têm desconfiança com esta atividade. Por nossa relação tão cheia de conflitos com os cariú, ficamos em dúvida se será boa ideia abrir nosso território para visitantes não indígenas.

Ao mesmo tempo temos tantas coisas lindas para contar e mostrar! Nossas músicas, nossa arte, nossas histórias. Sabemos que o turismo em terras indígenas pode apresentar possibilidades e desafios.

Por um lado, o turismo com base comunitária pode oferecer oportunidades econômicas para nós e ainda promover o desenvolvimento sustentável, que é o que queremos. O turismo pode contribuir na preservação e valorização da cultura, podemos compartilhar as tradições e conhecimentos com os visitantes.

Mas e os desafios e impactos negativos? Pode acontecer uma exploração descontrolada de recursos naturais? O turismo mal planejado e não regulamentado pode levar à perda de identidade cultural? Podem trazer influências negativas para a juventude Pupŷkary?

Sabemos que temos que pensar e conversar mais sobre isso. Conhecer outras iniciativas dos parentes e aprender com eles. Temos que ser responsáveis, porque turismo requer higiene, cuidado, segurança, infraestrutura, caminhos e percursos...

Após nos aprofundar no tema, seremos capazes de envolver toda a comunidade para tomar uma decisão sobre as atividades coletivas de turismo, que respeitem..., que respeitem e protejam nossos direitos, território e modo de vida. E que beneficiem a todos e todas, e não somente à coletivos isolados.

Queremos capacitação para poder fazer esse trabalho de forma sustentável e com bastante conversa e entendimento entre os turistas e nosso povo. Se for assim, quem sabe o turismo pode se tornar uma ferramenta poderosa para a conservação de nossa cultura e território!

“O turismo pode ser uma atividade de geração de renda. Podemos promover visitas pagas para conhecer a cultura Apurinã. Fazer trilhas para passeios dos turistas. Vender nossos artesanatos para os turistas. Tem gente que tem interesse na nossa cultura”.

Gersinho Apurinã Pílinha



TURISMO

COMO ESTÁ HOJE:

- Faltam informações sobre vantagens e ameaças;
- Divisão na comunidade entre os que querem e os que não querem o turismo;
- Acontece de forma isolada com lucro para grupo reduzido.

COMO QUEREMOS QUE SEJA:

- Cursos e intercâmbios sobre Turismo;
- Conhecer mais sobre turismo comunitário e etnoturismo;
- Avaliar potenciais / riscos / desafios;
- Organização e planejamento ;
- Planejar atividades em conjunto com a venda de artesanato.

O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA CHEGAR AO QUE QUEREMOS:

- Firmar parcerias: COOPERAR, OPIAJBAM, EMBRAPA, GIZ, IEB, Secretarias de turismo, prefeitura, IDAM, FUNAI;
- Conhecer iniciativas que estejam funcionando em outras TIs.





SEGURANÇA E GESTÃO TERRITORIAL

VIGILÂNCIA

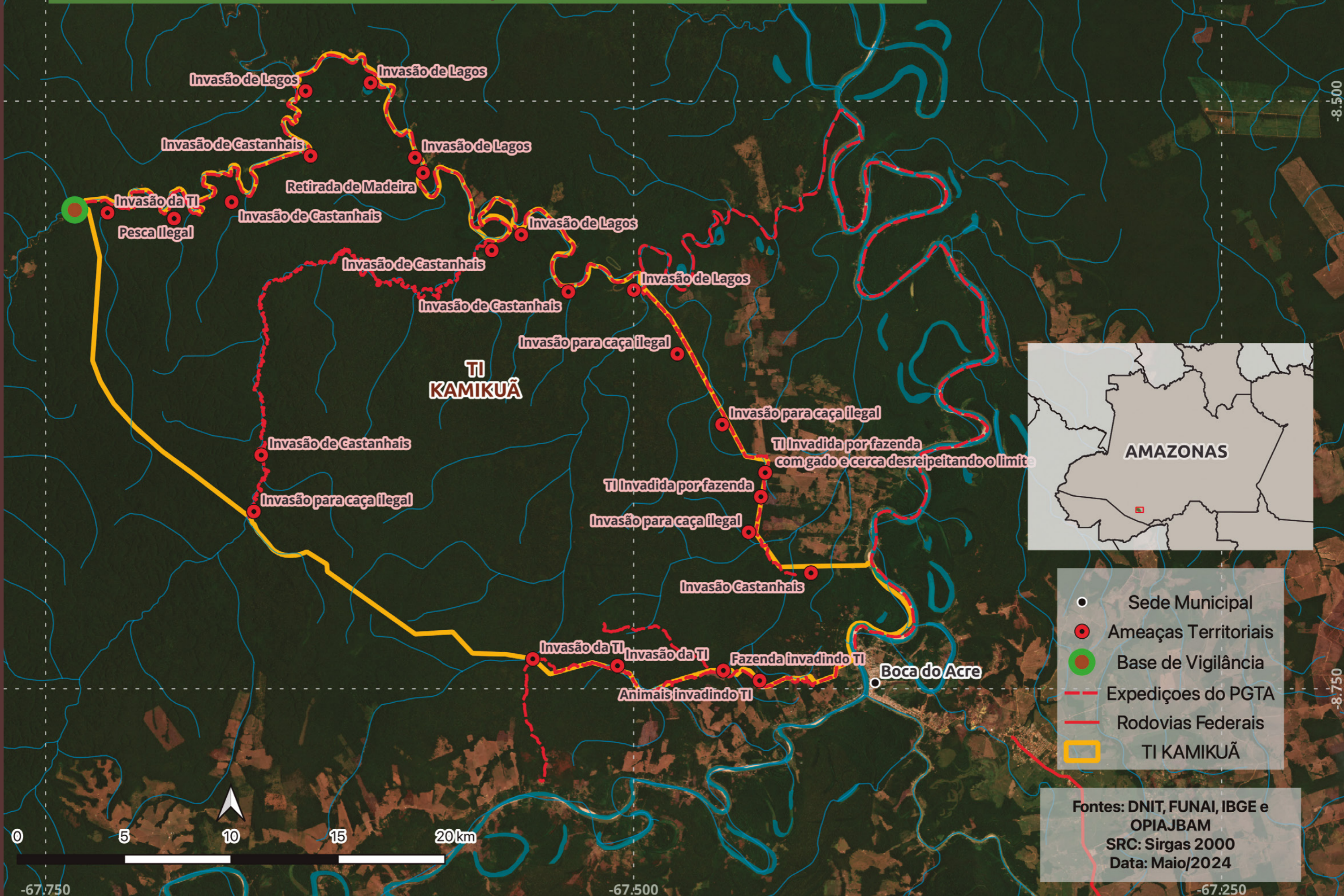
Sempre monitoramos o nosso território ao longo das atividades do nosso dia a dia. Porém, com o aumento das ameaças vindas da cidade e o aumento do número de invasores em nosso território, surgiu a necessidade de vigiar e proteger a nossa morada de novas formas e com mais frequência. Começamos a ter que planejar expedições especificamente para realizar o monitoramento de alguns lugares e ultimamente estamos até monitorando o território através de imagens de satélite.

Para essas ações, contamos com o apoio de nossa organização representativa, a OPIAJBAM, que nos fornece equipamentos e embarcações, e nos fornece também o contato com parceiros e projetos que, além de apoiar a execução dessas atividades com insumos e materiais, também nos apoiam com as estratégias de monitoramento, de incidência política e com processos formativos. E é certo que nossos AAI's contribuíram nos últimos anos com as excursões de vigilância em nossa terra e manutenção de nossa base de vigilância.

Ao longo das discussões do nosso PGTA, pudemos discutir coletivamente e avaliar as nossas estratégias de vigilância de hoje em dia para que pudéssemos pensar quais são as necessidades para garantir a proteção de nosso território no futuro. A seguir, apresentamos o resumo dessas discussões e o que definimos como nossas prioridades.



TERRA INDÍGENA KAMIKUÃ - Expedições do PGTA e Ameaças Territoriais



COMO ESTÁ HOJE?

- Atualmente realizamos atividades de vigilância e monitoramento territorial na nossa terra indígena por meio de apoios pontuais previstos em alguns projetos de nossa organização;
- As atividades são realizadas de forma voluntária por membros da comunidade, principalmente pelo nossa equipe de Agentes Ambientais Indígenas;
- Temos 1 base de vigilância no limite de nosso território, mas ainda sem estrutura de comunicação e também sem uma estratégia de ocupação permanente.

COMO QUEREMOS?

- Garantia de condições para a realização de expedições de monitoramento frequentes e também para a manutenção de equipamentos;
- Equipamentos e insumos para as ações: Embarcações e motores (rabeta longa e curta), Flutuante para proteção de embarcações, Drones, GPS, Smartphones e Rádio comunicador;
- Capacitações para o uso de tecnologias e legislações pertinentes;
- Participação de servidores da FUNAI nas vigilâncias e de outros órgãos de governo quando pertinente;

- Necessidade de definir estratégias de ocupação permanente da base, com rotação entre aldeias, e mais bases de vigilância em pontos estratégicos como Boca do Mari e Lagos do Inauini;
- Maior participação da comunidade, sendo possível a realização de revezamento de equipes nas expedições de monitoramento e também um maior controle social sobre as pessoas de fora da comunidade que entram nas aldeias;
- Reconhecimento, remuneração e valorização de agentes de monitoramento (AAI's).

O QUE É NECESSÁRIO?

- Projetos de longo prazo com garantia de recursos para as atividades, manutenção das bases e equipamentos apoiado por instituições de governo e da sociedade civil organizada;
- Comunidade assumindo responsabilidade, inclusive ocupando espaços dos conselhos públicos;
- Comunidade e organização representativa (OPIAJBAM) produzindo informações qualificadas das demandas por fiscalização e em diálogo constante com órgãos governamentais.

FISCALIZAÇÃO

Apesar de estarmos próximos à cidade e com acesso relativamente fácil, temos dificuldade de conseguir que os nossos pedidos por ações de fiscalização sejam atendidos por parte dos órgãos competentes. Acreditamos que a instalação de bases locais/regionais dos órgãos, um planejamento integrado entre as instituições e um diálogo de nossas lideranças mais direto com os responsáveis poderia nos ajudar.

Estamos fazendo a nossa parte. A equipe que realiza os monitoramentos, sempre que pode, participa de processos formativos, e está sempre testando novas ferramentas para registro de informações, buscando fornecer informações cada vez mais qualificadas em nossas denúncias.

Assim, queremos que o poder público também cumpra com o seu dever, garantindo, sempre que acionado, o nosso usufruto exclusivo do território e expulsando aqueles que o invadem para cometer atividades ilícitas. Também gostaríamos que fossem realizadas ações de prevenção para minimizar o risco de invasões, garantindo que nossos limites estejam visíveis e plaqueados, e também realizando ações junto às comunidades do entorno para que possamos pensar em estratégias de gestão territorial integrada.



COMO ESTÁ HOJE?

- Realizado de forma pontual e somente pela FUNAI, sem articulação com demais órgãos competentes;
- Dificuldade da comunidade/organização indígena acessar os responsáveis nos órgãos de controle ambiental;
- Denúncias encaminhadas não são atendidas;
- Limites da TI não visíveis, facilitando invasões, sem ações de limpeza dos limites desde a demarcação;

COMO QUEREMOS?

- Ações de fiscalização pelo menos 3 vezes ao ano, especialmente em épocas consideradas de maior pressão como a época do defeso, em que os peixes estão em fase de desova;
- Identificação visual dos limites de “linha seca” da TI para evitar invasões;
- Indenização/compensação das invasões e derrubadas já realizadas;
- Resposta eficaz dos órgãos responsáveis às denúncias encaminhadas.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Ações planejadas de forma integrada entre FUNAI e demais órgãos competentes: IBAMA, ICMBIO, Polícia Ambiental, Marinha, Exército e Polícia Federal;
- Acionamento do Ministério Público Federal (MPF 5 Ofício) para o cumprimento de demandas de fiscalização;
- Bases locais/regionais dos órgãos de fiscalização, para que seja possível o diálogo mais direto com responsáveis;
- Reavivamento dos limites de “linha seca” e verificação/manutenção dos marcos geodésicos nos limites que constam no memorial descritivo.

SEGURANÇA/AMEAÇAS

Os nossos moradores mais velhos viram a cidade de Boca do Acre crescer muito ao longo das últimas décadas, assim como também cresceu a nossa sensação de insegurança aos problemas da cidade. A cidade, que fica logo do outro lado do rio Purus, nos traz algumas vantagens, mas também muitas ameaças. Muitas dessas ameaças também já estão do lado de cá do rio.

Sentimos que nosso território está vulnerável à entrada de desconhecidos, até porque muitos dos nossos jovens estão sendo cooptados por pessoas da cidade para facilitar a entrada no território. Até nossas crianças se sentem inseguras quando precisam ir para a cidade estudar, pois muitas delas precisam atravessar o rio todos os dias por falta de estrutura em nossa TI.

Precisamos de apoio de parceiros para realizar discussões de sensibilização de nossa comunidade para realizarmos o cuidado coletivo, das pessoas e do território, internamente. Ações que abram diálogo com as comunidades de nosso entorno também poderiam ajudar a melhorar muitas dessas questões, assim como a participação de representantes de algumas instituições/ organizações em nossos espaços de discussão interno, quando convidados.



COMO ESTÁ HOJE?

- Território vulnerável a invasões e entradas de pessoas de fora da comunidade;
- Insegurança física da comunidade devido à proximidade da cidade e seus crimes;
- Cooptação de parentes para facilitar a entrada no território.

COMO QUEREMOS?

- Retomada de ações estratégicas de proteção do território e da comunidade com órgãos competentes;
- Cuidado coletivo das pessoas e do território.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Programa indígena na rádio;
- Participação de representantes das instituições de governo nos "Hãĩtetxi Aputuitakana" (espaços coletivos de tomada de decisão);
- Sensibilização da comunidade para evitar cooptação;
- Ações integradas com comunidades do entorno colocadas na prática.



AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS

Como já contamos anteriormente, constituímos a categoria de AAI na nossa terra indígena com o apoio do IEB. Entendemos, nesse processo, a importância de atores capacitados para a gestão territorial e ambiental. Entendemos também que muitos povos indígenas estão fazendo o mesmo e lutando pelo reconhecimento dessa categoria que presta serviços ambientais importantes e contribui com a proteção dos territórios indígenas. Queremos dar continuidade nesse trabalho com a implementação do nosso PGTA mobilizado pelos AAI's. E que futuramente novas turmas se formem, que mais mulheres integrem esse trabalho e que possamos multiplicar nossos conhecimentos.



COMO ESTÁ HOJE?

- Falta reconhecimento do AAI como categoria profissional;
- Poucas atividades com mutirões/ajuri com a comunidade;
- Não está clara a atividade do AAI para toda a comunidade.

COMO QUEREMOS?

- Oferecimento de oficinas como multiplicadores;
- Mobilizar mutirão de plantio;
- Criação de viveiros de mudas e sementeiras;
- Fortalecimento do trabalho de AAI pela comunidade;
- Curso sobre legislação ambiental e mudanças climáticas;
- Reconhecimento dos AAI's como categoria profissional;
- Valorização e remuneração;
- Cuidado e participação da comunidade – responsabilidade de todos;
- Apoio para cuidados com o lixo e resíduos sólidos;

- Formação e intercâmbios para os AAI's;
- Plantio ao redor das fontes de água;
- Apoio às nossas organizações com capacitação e assessoria.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Firmar parcerias para garantir a continuidade do trabalho: OPIAJBAM, EMBRAPA, GIZ, IEB, Secretaria de produção municipal e estadual, prefeitura, IDAM, FUNAI;
- Trabalho com união dos AAI;
- Incidir politicamente junto ao movimento indígena para o reconhecimento da categoria.



ESPAÇOS COLETIVOS DE TOMADA DE DECISÃO HÃÏTETXI APUTUITAKANA

Estamos sentindo que, além dos desafios para a gestão de nosso território serem cada vez mais complexos, eles acompanham a dinâmica da sociedade que muda de forma cada vez mais rápida. Para que possamos estar todos sempre informados e participando das tomadas de decisões, precisamos pensar novas formas de nos organizar.

Ao longo das discussões do nosso PGTA, sugerimos que sejam realizadas reuniões regulares com todas as nossas aldeias e em locais rotativos, para que toda nossa comunidade possa contribuir com as decisões e também se corresponsabilizar com os nossos desafios. Ao longo desse processo de reflexão chegamos a pensar em estratégias para fazer isso, conforme apresentado a seguir.



COMO ESTÁ HOJE?

- Falta de espaços e momentos para conversa entre membros das aldeias e núcleos familiares para tomadas de decisão de forma coletiva;
- Desigualdades com relação ao acesso à infraestrutura de abastecimento de água, saneamento e energia na aldeia Kamicuã e demais aldeias.

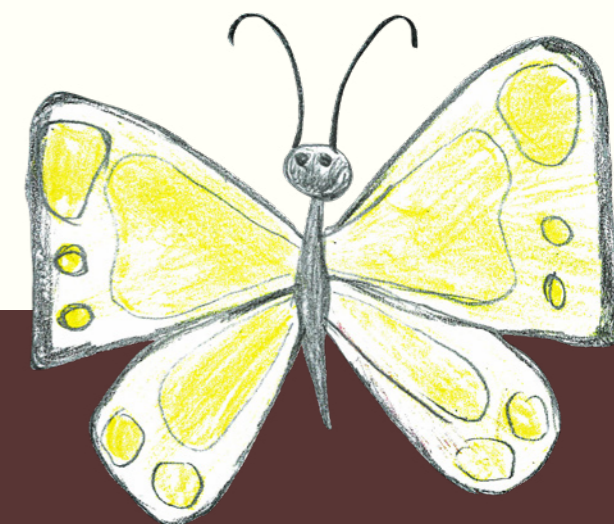
COMO QUEREMOS?

- Criar espaços em que informações sobre nosso território possam ser socializadas para todos aqueles interessados, e assim, após conversa e nivelamento, ter momentos de tomada decisão de forma coletiva.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Criar estruturas físicas em todas as aldeias para que seja possível a rotatividade das reuniões entre as aldeias;
- Realização de encontros com representantes de todas as aldeias e núcleos 2 vezes ao ano.





DIREITOS BÁSICOS E INFRAESTRUTURA

Nós lutamos junto ao movimento indígena pela implementação das políticas públicas da saúde e educação diferenciada na terra indígena Kamicuã. Neste capítulo, iremos apresentar a realidade desses serviços e o que precisa melhorar para que sejam mais efetivos. Abordaremos também questões referentes ao saneamento básico e infraestrutura de comunicação nas nossas aldeias.



SAÚDE

Hoje somos atendidos pelo Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI) de Rio Branco com um Polo Base na cidade de Boca do Acre, mas sem CASAI para dar assistência aos enfermos que têm de ser atendidos na cidade. Aqui na terra indígena Kamicuã a assistência à saúde é um desafio. Temos a impressão que não somos vistos pelo poder público. Apesar dos nossos pedidos e denúncias, nossas aldeias continuam enfrentando falta de profissionais qualificados e falta de infraestrutura adequada.

Essa triste realidade só traz altas taxas de morbidade entre nós Apurinã. Muito do nosso sofrimento poderia ser diminuído. Precisamos mais do que nunca garantir uma assistência à saúde de qualidade dentro da TI. Mesmo estando tão perto da sede do município, estamos sem atendimento de qualidade.

Temos poucos Agentes Indígenas de Saúde para atender nossa população. Para piorar eles não recebem capacitação adequada e tampouco condições de trabalho mínimas para exercerem suas funções – não temos nenhum posto de saúde nas nossas aldeias.

De vez em quando, recebemos visitas da equipe da saúde para vacinação, distribuição de poucos medicamentos e acompanhamento de doenças crônicas. Mas, dos últimos anos para cá, as equipes de saúde que ingressam na aldeia vêm incompletas, sem todos os

profissionais, e não possuem um cronograma transparente de visita às aldeias. A malária e outras doenças, como a diarreia, são comuns na região. Não temos indígenas microscopistas que trabalham na testagem da malária nas aldeias e atualmente, nem hipoclorito é ofertado para a nossa população.

Quando precisamos ir à cidade em busca de tratamento, o DSEI não oferece transporte para os enfermos, nem fluvial e nem terrestre. Mesmo com uma logística facilitada pela proximidade com a cidade, a situação de precariedade é a regra. Precisamos de saúde de qualidade e que os órgãos competentes façam o seu trabalho.

COMO ESTÁ HOJE?

- A equipe de saúde ingressa incompleta na aldeia;
- A equipe de saúde não atende de forma eficiente na aldeia;
- A equipe de saúde não atende de forma eficiente na cidade;
- Falta local adequado para realizar atendimentos e exames clínicos na TI;
- Falta remédio, transporte e temos muita dificuldade em realizar exames complementares;
- Dificuldade de internações que ocorrem em Rio Branco;

- Falta estrutura para postos de saúde;
- O AIS trabalha sem condições e atende um número muito grande de famílias.



COMO QUEREMOS?

- AIS capacitados, equipados, com número de famílias reduzido e definida a área de sua atuação dentro da TI conforme seu alcance. Melhores condições de trabalho para AIS;
- Local adequado para receber equipe de saúde nas aldeias, com privacidade para exames, para tratamento dentário e para conversas com o médico;
- Destino adequado para o descarte do lixo produzido. Preferencialmente, que a equipe de saúde leve o lixo produzido durante os atendimentos;
- Respeito com o paciente e com seu acompanhante;
- Respeito a cultura e suas regras. Respeito aos resguardos e proibições alimentares;
- Apoio à valorização da saúde tradicional Apurinã;
- Permanência da equipe na aldeia. Evitar visitas rápidas;
- Respeito à forma de cura tradicional Apurinã (benzedeiras e rezadores);
- Levar em conta os saberes referentes aos remédios da mata;

- Transportes adequados para pacientes e acompanhantes (barco e carro).

O QUE É NECESSÁRIO?

- Reivindicar com governo Estadual, Federal e Municipal/ secretarias de saúde.;
- União entre nós;
- Buscar bons projetos para a saúde (Parcerias);
- Votar em pessoas que se importam.



SANEAMENTO/ÁGUA

Temos muitos problemas com o saneamento em nossas aldeias. A água potável não está disponível para abastecer grande parte das casas. Isso afeta nossa saúde e nosso bem estar e engendra desigualdades. Muitos de nós tem de pegar água do igarapé para beber e se higienizar. Muitas famílias da aldeia Centrinho e da Baixada não têm acesso a água potável, bebem água imprópria para o consumo e poluída das fazendas ao redor. Precisamos de sistemas de abastecimento de água potável confiáveis e infraestrutura de saneamento adequada!



Como de costume nas aldeias, contamos com o trabalho do AISAN, Agentes Indígenas de Saneamento. Eles trabalham, principalmente, com a conscientização do nosso povo quanto às questões de limpeza e higiene, que hoje são necessárias porque vivemos muito perto da cidade. Eles são os responsáveis pelos cuidados com a fonte de água, encanamento, distribuição da água e cuidados com o lixo. Mas temos pouquíssimos AISAN para atender muitas famílias, que estão esparsas em uma grande área e com um grande declive. Os AISAN têm de lidar com condições de trabalho precárias, sem equipamentos de segurança ou voltados à manutenção do sistema de abastecimento.

É necessário que seja realizada uma avaliação do terreno para a perfuração de novos poços artesianos nas nossas aldeias. Queremos que o sistema de abastecimento seja ampliado para aquelas famílias que ainda não o possuem. É preciso de um planejamento que leve em conta o aumento da nossa população!

A verdade é que não existe saneamento na nossa aldeia, tampouco lavanderias coletivas. Recentemente a prefeitura construiu dois banheiros na escola municipal. De resto, só temos ruínas de um projeto de saneamento básico abandonado. Com a população crescendo, essa situação crítica tende a piorar. É urgente a construção de unidades de saneamento nas nossas aldeias.

Além disso, o destino do lixo produzido dentro dessas comunidades também é uma preocupação. A falta de políticas e práticas adequadas de gestão de resíduos pode levar à contaminação da terra e da água. É exatamente o que estamos vivendo em nossas aldeias. Queremos que a prefeitura e a Saúde Indígena realizem ações de sensibilização sobre essa temática e atividades de educação ambiental para pactuar o comprometimento das famílias em realizar a coleta seletiva.



COMO ESTÁ HOJE?

- Um AISAN para atender muitas famílias;
- Falta de capacitação, equipamentos e equipe;
- Pouco cuidado com o lixo;
- Deficiência na distribuição de água;
- Água imprópria para o consumo de muitas famílias;
- Ausência de banheiros comunitários;
- Muito lixo sem destino.

COMO QUEREMOS?

- Água de qualidade para todos;
- Mais conhecimento sobre reciclagem e reaproveitamento;
 - Bomba de água sempre funcionando;
 - Luz elétrica para todos;
 - Condições para o AISAN trabalhar. Reduzir número de famílias atendidas;
 - Contratação de mais AISAN para a TI;
 - Encanamentos de qualidade para a



distribuição da água;

- Consulta e conversa para decidir qual o melhor modelo de banheiro para ser implantado na TI;
- Equipe de saneamento em visitas periódicas nas aldeias;
- Trabalho de conscientização e melhor destino para o lixo.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Cobrar direitos dos governos;
- União e organização;
- Parcerias;
- Planejar e pensar juntos;
- Votar bem.



EDUCAÇÃO

Está assegurado por lei que temos direito a uma educação diferenciada e de qualidade, que respeite nossa cultura e nossa língua e que valorize nosso jeito de ser. Nossas lideranças vêm lutando por esse direito há muito tempo. Temos muitas demandas no que se refere a educação escolar indígena.



O Ensino Fundamental é oferecido pelo governo municipal através da secretaria de educação dos municípios de Boca do Acre. Dentro dessa secretaria existe uma coordenação escolar Indígena que é coordenada por um Indígena. Já o Ensino médio é oferecido pelo governo do estado do Amazonas através da Secretaria de Estado e Educação (SEDUC).

No início da elaboração do PGTA tínhamos apenas duas escolas na terra indígena em funcionamento, localizadas nas aldeias Kamicuã e Centrinho. Essas escolas não atendiam nossas necessidades pois estavam muito velhas e em péssimas condições de infraestrutura. Recentemente, foi construída uma nova escola na Aldeia Kamicuã, com acesso à água, saneamento e duas salas climatizadas. E também foram reativadas as escolas das aldeias Katispero e Ywinawa. Ainda assim, essas escolas são insuficientes, e a maioria dos pais que vivem na Baixada matriculam seus filhos pequenos na cidade. O Ensino Fundamental 2 e o Médio não são ofertados nas nossas aldeias, o que traz muitos prejuízos para nossa comunidade. Muitas crianças e jovens se arriscam na travessia do rio até a escola na cidade, pois a SEMED e a SEDUC não disponibilizam tutores para os acompanharem. Como consequência desse cenário, muitos dos nossos jovens são influenciados pelos costumes dos não indígenas e sofrem preconceito e discriminação – o que causa eventuais evasões.

Temos professores indígenas que estão trabalhando como serventes e enfrentamos a falta de recursos adequados e materiais didáticos, além de internet e capacitação. Precisamos de um apoio para elaboração de material didático na nossa língua, que é falada por poucas pessoas em nossa terra.

A merenda escolar ofertada passou a conter produtos da agricultura familiar e do extrativismo tradicional através do PNAE. Queremos que essa política se efetive em nosso território, pois produzimos e coletamos alimentos de qualidade, sem agrotóxico ou geração de lixo.

Temos o direito de uma educação diferenciada, com valorização e respeito às tradições, língua, conhecimentos ancestrais e um calendário adequado. Queremos políticas e práticas educacionais que promovam uma educação de qualidade e culturalmente relevante dentro do território!



"Aqui na baixada, precisamos de mais atenção. Queremos fazer tempo alfabetização para adultos. As crianças vão longe estudar, falta uma escola para cá. Trabalhamos com pesca e muitos de nós quebra castanha no Inauini. Temos uma rocinha na praia e também na terra firme. Nossa água para beber é ruim e falta atenção para a saúde. Tem bastante vontade de trabalhar mas falta o forno para a farinha. Estamos esquecidos por aqui."

Dona Maria Meire

COMO ESTÁ HOJE?

- Escola ruim, falta estrutura;
- Merenda insuficiente;
- Falta autonomia para os professores;
- Alunos estudando longe por falta de escola;
- Poucas escolas na TI;
- Condições precárias para o trabalho de professor.

COMO QUEREMOS?

- Escolas atendendo TODAS as crianças da TI;
- Escolas adequadas às demandas da comunidade;

- Manutenção periódica nas escolas;
- Ensino diferenciado e de qualidade;
- Respeito à cultura e à língua Apurinã;
- Material didático diferenciado;
- Transporte seguro para os alunos (fluvial e terrestre);
- Professores qualificados e valorizados;
- Auxílio para alunos universitários;
- Merenda regional sempre e para todos;
- Construção de escola para os alunos da área da Baixada.

O QUE É NECESSÁRIO?

- Cultura valorizada;
- Articular com poder público transporte com segurança para atravessar o rio;
- Acesso e capacitação de novas tecnologias;
- União – organização interna;
- Participação da comunidade e parceiros atuantes;
- Cobrar a secretaria de educação;
- Cobrar a garantia da educação diferenciada para o governo municipal;
- Pensar e escolher em quem votar.



COMUNICAÇÃO

Nos últimos anos a comunicação tem exercido um papel importante na inclusão social e na democracia. Ela nos permite participar dos debates públicos, endereçar nossos questionamentos para as autoridades do governo, denunciar as ilegalidades que acontecem no nosso território e promover mudanças positivas dentro e fora da nossa terra.

Vemos a inclusão digital como um aspecto estratégico para nosso fortalecimento político. Trata-se de uma oportunidade de melhorar capacidades para o uso de novas ferramentas de navegação e participação em eventos, novos canais de acesso e divulgação de conteúdo, monitoramento participativo das comunidades e ferramentas para o controle social das principais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos indígenas.

Além disso, a inclusão digital é essencial para o Ensino formal hoje em dia. A escola da aldeia Kamicuã possui acesso a internet, mas a escola da aldeia Centrinho recebeu a antena, mas não o modem, inviabilizando a nossa comunicação. Nosso parceiro IEB apoiou pontos de internet satelital na aldeia Kamicuã, viabilizando nossa organização e participação em reuniões e formações EaD.

Ainda assim precisamos de mais apoio, com sensibilização por parte das escolas para a educação digital e mitigação dos impactos negativos que a internet pode trazer. Aprendemos que comunicação é direito e vamos lutar para efetivá-lo em nossas aldeias.

COMO ESTÁ HOJE?

- Não tem internet de qualidade;
- Existem aldeias sem nenhuma internet;
- Ausência de energia elétrica em algumas regiões da TI;
- Dificuldades para comprar celulares.

COMO QUEREMOS?

- Bom sinal de internet;
- Acesso às tecnologias;
- Luz elétrica em todas as casas;
- Manutenção permanente da rede elétrica e antenas de transmissão;

- Facilidade na aquisição de internet e de aparelhos telefônicos;
- Orientação para o bom uso de internet (*sites* confiáveis e conteúdo seguro).

O QUE É NECESSÁRIO?

- Reivindicar direitos;
- Políticas públicas para auxiliar nosso acesso à comunicação;
- Parcerias;
- Organização, união, votar direito.



SIGLAS

AAI – Agentes Ambientais Indígenas
AC – ACRE
AIS – Agentes Indígena de Saúde
AISAN – Agente Indígena de Saneamento
AM – Amazonas
APITEM – Associação do Povo Indígena Tenharin Morõgitá
APITIPRE – Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto
CASAI – Casas de Saúde Indígena
CI – Componente Indígena
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIR – Conselho Indígena de Roraima
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapa
CPI – Comissão Pró-Índio do Acre
CR – Coordenação Regional / Funai
CTL – Coordenações Técnicas Locais / FUNAI
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DSEI – Distrito de Saúde Especial Indígena
EAD – Educação a Distância
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLONA – Floresta Nacional
FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GIZ – Agência Alemã de Cooperação Internacional
GPS – Global Positioning System
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPF – Ministério Público Federal
ODK – Open Data Kit
OPIAJ – Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Pauini
OPIAJBAM – Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre
PBA – Plano Básico Ambiental
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
RESEX – Reserva Extrativista
RR – Roraima
SAF – Sistema Agroflorestal
SEDUC – Secretaria de Educação e Desporto Escolar
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SRC – Sistema de Referência de Coordenadas
TI – Terra Indígena
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UNI – União das Nações Indígenas

